
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Janaina Maria Augusto

Educação popular sob influência nas manifestações populares.



Rio Claro

2011.

Janaina Maria Augusto

Educação Popular sob Influência nas Manifestações Culturais.

Orientador: Prof. Dra. Carmen Maria Aguiar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro

2011

391 Augusto, Janaina Maria
A923e Educação popular sob influencia das manifestações
culturais / Janaina Maria Augusto. - Rio Claro : [s.n.], 2011
58 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura -
Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Carmen Maria Aguiar

1. Usos e costumes. 2. Manifestação popular brasileira. 2.
3. Cultura popular. I. Título.

Dedicatória

Às mares que conduziram os cantos dos povos de Guiné até as terras de Mãe África;

Aos Pataxós, Tupis, Guaranis, Xavantes, Tupiniquins que compartilharam os segredos das ervas e sementes.

Aos ancestrais, aos pretos e as pretas velhas, aos pilões e moinhos que trituraram os grãos de café.

À lua de Jaci que alumiou os terreiros de jongo, umbanda e candomblé.
O Sol de Tupã que brilhou através das grades das senzalas trazendo a esperança de um novo dia.

Aos que resistiram aos grillhões e chibatás,
Aos Orixás e Santos que batizaram: Janainas, Juremas, Jorges, Aparecidas, Beneditos...

Aos ancestrais que através das gerações doaram o sangue e a esperança,
Às cachaças que temperaram os caxambus,
Às fogueiras que afinaram os coros,

Às mãos que não deixaram com que os berimbaus se calassem,

Aos pés que não permitiram que os tambores cessassem,

Aos cantos que se fizeram ouvir além dos sete léguas,

Aos mestres Sambistas, à Nega Cirandeira da Ilha de Itamaracá,

À todas e todos os Griôs que com sabedoria nos fizeram conhecer o ontem.

Aos Capoeiras, aos mestiços, às crioulas, à seus tambores e umbigadas.

À cultura e à todas as culturas que celebram, que movimentam e promovem as, vidas, as Histórias e os amanhã.

Aos professores e às suas gramáticas que nos fizeram conhecer outras gramáticas, matemáticas e ciências.

À **minha orientadora**, à suas orientações, apoio e incentivo.

Aos **avós pretos** que ensinaram os trabalhos e o sonho,

Às **avós pretas** que ensinaram as ladainhas e as rendas,

Aos **avós índios** que ensinaram a calar para ouvir o vento,

Às **avós índias** que nos ensinaram usar o silêncio para falar,

Aos **avós brancos** que nos conduziram a mestiçagem,

Às **avós brancas** que nos guardaram em suas orações a Nossa Senhora de Fátima.

À **minha mãe**, e a todas as mães que com seus santos nos indicaram inúmeras recomendações,

Ao **meu pai**, e a todos os pais que com suas guias conduziram longas conversas,

Ao **meu irmão**, e a todos os irmãos que se fizeram presentes durante a caminhada,

À **minha família**, e a todas as famílias que com suas árvores genealógicas mantiveram a história além do que os livros podiam contar.

Aos amigos e amigas: à **Mazita**, ao **Léo** e o **Jorge** pelas conversas que cortavam a noite; aos sorvetes de **Caju** que adoçaram as conversas no portão; aos bolos de **Moham** e as risadas de **Lívia**; aos cafés na casa da **Poly**; à **Ligia** pelas vezes que atendeu ao telefone nas horas de dúvida; aos amigos do **Pepper** que partilharam as noites de trabalho; ao **Maycom** pelas vezes que me ouviu e sambou comigo; À **Família Badô**, aos seus porquinhos e às muitas risadas; aos amores que já tive; ao **OroAri** por fazer parte da minha História.

Aos **vários amigos e amigas** que estiveram juntos no rir, no chorar, no estudar, no cantar, no batucar, no “deixa estar”...

À Faculdade do Samba que resignificou as faculdades...

À Mãe Yemanjá e a Jorge Ogum que conduziu à paciência quando a falta de conhecimento fazia desaminar diante do computador,

Ao Criado e à Nossa Senhora Aparecida que alumiaram e tranqüilizaram quando o prazo da entrega do TCC teimava em ser mais curto que o relógio,

À fé que não falta.....

Agradeço e dedico este trabalho!

Resumo

Esta monografia tem como objetivo apresentar uma pesquisa bibliográfica que investiga a educação popular como instrumento social usado por grupos étnicos formados ao longo da história nacional brasileira, que, devido ao contexto social em que foram submetidos indígenas e negros no período do Brasil Colônia reedificaram sua cultura descendente manifestando-a através da dança, do canto e expressões artísticas.

A pesquisa reorganizou parcialmente o caminhar histórico dos afro-descendentes e influências indígenas focando alguns dos principais fatores histórico-sociais que estimularam a construção de manifestações populares, tais como: a Coroação do Maracatu e da Congada, a Roda de Jongo, o Samba de Coco, o Lundu e Tambú (Batuque de Umbigada).

Para auxiliar o entendimento deste processo foi elaborada uma abordagem qualitativa, aprofundando conhecimentos sobre a educação e manifestações populares brasileiras usando como metodologia a coleta de dados bibliográficos, análise e extração de dados de documentários referentes às manifestações populares no Brasil, consultam a sites oficiais, e também depoimentos recolhidos com membros da comunidade negra das cidades de Rio Claro e Campinas/ SP.

O resultado foi uma monografia composta por elementos históricos que demonstram as contribuições da educação popular na recolocação social dos descendentes de ex escravos no cenário cultural do Brasil.

Palavra-chave: Usos e costumes, Manifestação popular brasileira, Educação Popular e Cultura Popular.

Sumário

Introdução.....Pag. 03.

Cap. I: A Manifestação da Cultura e Educação Popular nos dias atuais.....Pag. 05.

1.2. Entendendo como tudo começou: A história que está além dos livros de história.....Pag.07

1.3. Portugal, África e Brasil e suas culturas no século XV.....Pag.10.

1.4. A Chegada dos portugueses á Mãe África e o inicio das negociações.
.....Pag.13

1.5. O investimento, a Igreja e a Escravidão.....Pag.15.

1.6. O contato entre portugueses e os nativos do Brasil.....Pag.18.

1.7. Ocupação do território brasileiro pelos cristãos novos.....Pag.20.

1.8. O Percurso: Chegada dos africanos ao Brasil.....Pag.21.

Cap. II: Uma Alternativa de Controle dos escravos através da Coroação do Rei e Rainha do Congo.....Pag. 23.

2.1. A coroação na Congada.....Pag.25.

Cap. III: A Hierarquia na Senzala e o Negro Politizado.....Pag.28.

3.1. O Jongo como resultado dos debates nas senzalas.....Pag.32.

Cap. IV: Retomada da Escravização Indígena.....Pag.34.

4.1. O mal estar das conferências.....Pag. 35.

4.2. Os Quilombos: Organizações políticas fora das senzalas.....Pag.37.

Cap. V: Incorporação da Cultura Afro pela Cultura Lusitana.....Pag.42.

5.1. A mulata e o Lundu no centro das atenções.....Pag. 44.

5.2. A legislação referente à comunidade escrava e o movimento de
abolição.....Pag. 47.

Cap. VI: A Luta Constante pela Recolocação do Negro na Cidade de Rio
Claro.....Pag.49.

Conclusão.....Pag.53

.

Bibliografia.....Pag.53.

“Educação Popular sob influencia nas Manifestações Culturais”

Introdução

O capítulo primeiro, trata de explicar, através de uma concepção sociológica e antropológica, os termos: cultura e educação popular; educação formal; cultura dominante e cultura popular brasileira.

Esta explicação é interessante para que o leitor possa compreender com maior clareza o uso de cada termo e sua respectiva significação de acordo com o momento histórico e contexto no qual será apontado. Neste capítulo encontram-se as contribuições teóricas de Montenegro (1992), Brandão (1995), Bastos Jr e Bastos (2007) e as explicações necessárias realizadas pela pesquisadora para melhor auxiliar o entendimento deste material.

O segundo capítulo traz informações históricas começando pela explicação da produção atual de estereótipos e discriminações referentes à cultura negra e indígena, que é apresentada (em hipótese) como o resultado da relação estabelecida através de julgamentos comuns à população lusitana e luso-brasileira em meados do século XV, que representam a cultura dominante do período que antecede os primeiros contatos entre colonizadores e colonizados (no Brasil e na África).

Trata também das estratégias culturais usadas pela comunidade branca portuguesa para incorporar os costumes europeus à negros africanos e indígenas (já em território colonizado) como a criação da Coroação do Rei e Rainha do Congo, a ação jesuíta na imposição a evangelização e conversão ao catolicismo através da Congada e a contra-reação dos escravizados para manutenção das características de sua cultura original através da caracterização da Coroação com o ritmo e dança do maracatu.

O terceiro capítulo trata das relações de poder entre os negros dentro do ambiente da senzalas, o papel do capataz (capitão do mato) e a socialização de informações políticas entre os escravos da senzala . Neste contexto é retratado a cultura jongueira como um dinamizador do espaço político do negro nas fazendas.

No quarto capítulo é tratado a volta da captura de indígenas para o escravismo como resultado da proibição do tráfico negreiro, o papel dos bandeirantes, a formação dos quilombos e a recolocação da cultura negra, e o Samba de coco.

No quinto capítulo é tratada a cultura miscigenada, a aceitação e visibilidade da música negra nos salões da “nata social” brasileira e portuguesa através do lundu e um indicio de movimento abolicionista.

O sexto e último capítulo, trata do período pós abolição e a condição de vida à que negros, mulatos e mestiços ex escravos foram sujeitados. Neste capítulo a cidade de Rio Claro é colocada em foco devido a sua população negra e contribuições na dança, na música e na tentativa de recolocação social do negro através da criação de espaços como os clubes negros.

A conclusão deste trabalho retoma os fatores históricos que construíram o Brasil, as contribuições positivas e negativas dentro da manifestação da cultura de forma coletiva que se fez representar de forma artística, política e na vivência particular de cada membro da sociedade. As políticas públicas também são apresentadas como o resultado político visível das contribuições que os grupos explorados ao longo da História do Brasil firmaram a partir de suas lutas.

Por fim, a conclusão afirma a hipótese de que a educação popular / cultura foi o instrumento usado pelos grupos para reconstruir o seu espaço social.

Capítulo Primeiro I

1. A manifestação da cultura e educação popular nos dias atuais.

É comum ao entendimento popular de pessoas de qualquer classe social o termo cultura como sendo o acesso a música, a arte ou a manifestações artísticas consideradas de “boa qualidade”. Esta idéia é consequência de um conceito definido, apresentado por uma parcela da população que é a mesma que controla os meios de produção, econômicos, políticos, educacionais e culturais do país, denominada: Elite ou “cultura dominante”. Este tipo de cultura é resultado dos interesses de um grupo que ao longo da história determinou, segundo as suas concepções, o que é aceitável e não aceitável. (MONTENEGRO, 1992; BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

No caso do Brasil, a cultura dominante representa a cultura colonizadora do país, que mesmo com aspectos positivos referentes às suas características particulares, foi construída sob uma visão historicamente equivocada, a qual encaminhou o censo comum a considerar rótulos e características padronizadas que julgam em muita das vezes, uma pessoa que apresenta um gosto ou comportamento diferenciado do padrão esperado (MONTENEGRO, 1992; BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

O conceito de cultura é muito amplo e complexo, mas apoiado em uma visão sociológica e antropológica pode-se afirmar que cultura é a rede de significados que dão sentido as atitudes, ações, reações e construções do indivíduo no meio onde ele está inserido. Nesta rede encontram-se as crenças, valores, leis, moral, língua e história que constituem este indivíduo e seu grupo / comunidade (MONTENEGRO, 1992; BRANDÃO, 1995; BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Partindo deste conceito, a Cultura Popular se apresenta como toda forma de manifestação, hábito e costume criada ou recriada por uma comunidade ou um grupo étnico, de forma que este se manifeste livre dos padrões definidos pela Cultura Dominante (MONTENEGRO, 1992).

Montenegro (1992) esclarece características que diferenciam a cultura popular da cultura dominante:

A cultura popular se caracteriza por um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem uma lógica (jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência) e distinguindo-se da cultura dominante que não segue esta lógica.

O conceito de educação apresentado por *Brandão* (1995) aponta que educação e cultura caminham de mãos dadas: a educação é baseada nas crenças firmadas pelo homem, ora sobre a Fé em uma força divina, ora sobre o comportamento aceitável ou não de uma pessoa, ora sobre uma característica que conduz uma conduta, enfim, a educação é o processo no qual o Homem se constitui e afirma sua participação social.

No entanto, existe uma diferença quando se fala em educação popular e educação formal: a educação popular é a educação que caminha juntamente com a cultura do indivíduo e estão ligadas ao seu comportamento, suas construções, vivências particulares e independe de qualquer formação institucional de escolarização (AGUIAR, 1991; BRANDÃO, 1995).

Já a educação formal é a educação comum oferecida para toda a sociedade tendo como critério para sua adoção a seleção de informações e conhecimentos chamados de “básicos e / ou fundamentais” a serem partilhado por todos. Esta educação é encontrada nos ambientes escolares e nas instituições governamentais:

A Secretária de Educação Básica zela pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores.

(¹Site Oficial do Ministério da Educação e Cultura – MEC)

Sob esta visão, do que é fundamental ou não para a formação do cidadão, a cultura dominante selecionou os conhecimentos e informações considerados de maior relevância construindo uma base educacional guiada segundo seus valores e

¹ Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>> - Site Oficial do Ministério da Educação e Cultura – MEC / Secretária de Educação Básica . Acesso em 12 de Dezembro de 2011.

interesses. A condição que determinou um conceito restrito de cultura consolidou-se através da educação formal que ao não se atentar as contribuições de outras culturas, perdeu a oportunidade de enriquecimento intelecto-cultural, colocando a margem o conhecimento e a importância social dessas outras culturas (BASTOS, A. 2007; BASTOS 2007).

Para compreender como essas relações se deram ao longo da história, computemos a realidade atual do Brasil e a partir delas rememoremos a história nacional.

1.2. Entendendo como tudo começou: A história que está além dos livros de história.

Observando as notícias anunciadas na mídia televisiva, impressa em jornais, nas rádios ou na internet, quando se fala da criminalidade, casos de indisciplinas, negligências de todos os tipos e diversos escândalos, os pobres e os negros são geralmente apontados como os protagonistas das ações. Esta verdade, por mais vergonhosa que seja, é verdadeira por vários motivos, entre eles os fatores históricos que condicionaram uma parcela da população a marginalidade, o que conseqüentemente influenciou a criminalidade (BASTOS, A. 2007; BASTOS 2007)

Entre os fatores que impulsionaram a criminalidade o não acesso aos direitos e o estereótipo relacionado à comunidade negra e pobre do país, reforça, em um processo contínuo este fenômeno social. Não significa que a comunidade branca e rica não cometa delitos, pois, os cometem em tão larga proporção quanto os demais, porém, estes também são os mesmos que têm garantido o acesso aos direitos básicos com moradia digna, saúde e educação. Direitos dos quais o restante da população não goza totalmente, porque suas especificidades não foram reconhecidas, desfavorecendo sua constituição enquanto cidadão e sua integração no meio social (BASTOS, A. 2007; BASTOS, 2007).

A educação formal ao selecionar conhecimentos considerados fundamentais pela cultura dominante, a colocou como foco em todas as áreas de forma que, os que não partilhavam das características da cultura dominante acabavam por serem excluídos socialmente (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Tomando por exemplo o ambiente de trabalho, durante muito tempo e ainda hoje os pobres e negros, mestiços, mulatos, crioulos, indígenas e seus descendentes inseridos fora de sua comunidade de origem, são submetidos a trabalhos pesados, pouco desejados e com salários baixíssimos como é o caso do trabalho doméstico que é geralmente destinado as mulheres (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007; Fundação Saede, 2011):

Do ponto de vista da inserção laboral por setor de atividade, as informações evidenciam que o setor de Serviços abrigava mais da metade dos ocupados residentes na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), tanto para negros como para não negros. Entretanto, os setores em que a proporção de negros superava a de não negra - Construção Civil e Serviços Domésticos – são aqueles em que predominam postos de trabalho com menores remunerações e relação de trabalho mais precárias.

(² Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados / Saede)

A imposição colocada a população marginalizada pela cultura dominante é resultado de um conceito que não acolheu as diferentes pessoas, suas diferentes culturas e saberes: deixando-as fora no cenário do saber fundamental: isso acontece por que suas características ou culturas não se encaixam no padrão social (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

O coordenador municipal (de Aracaju) de Igualdade Racial Florival de Souza Filho, confirmou os resultados obtidos no estudo e disse que o mercado de trabalho ainda reflete o preconceito social contra o negro. “Existem poucos negros, por exemplo, no poder Judiciário ou no poder Legislativo. Além disso, quase 7 dos 9 milhões de trabalhadores domésticos são negros. Isso mostra que o mercado é excludente”, afirmou.

(³Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados / Saede)

As funções atribuídas a pobres e negros são funções menos rendáveis, ou seja, funções que rendam salários menores, por este motivo são tomadas como

² Disponível em: <<http://www.saede.gov.br>> - Pesquisa realizada pela Fundação Sistema Estadual e Análise de Dados - Saede / Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Regional / Governo do Estado de São Paulo: Pesquisa “Taxa de emprego e desemprego da região do Grande ABC” e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Diesse. Acesso em 17 de Dezembro / 2011.

³ Idem a nota de rodapé n. 02

funções para as quais não é necessário sabedoria para sua execução (BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007).

Essa é uma realidade em todo o país. Existe discriminação no mercado (de trabalho) em relação ao sexo, à idade e à raça. Pelo fato de ser um país miscigenado, existe uma mística de que não há desigualdade racial, de que todos os brasileiros são iguais, mas os dados não refletem isso. Os negros ganham 40% menos do que os brancos, inclusive em Sergipe” afirmou o economista Luis Moura, representante do Diesse no Estado.

(⁴Jornal da Cidade on line – Jornaldacidade.net / Cidade de Aracaju. SE. Publicação 19 de Novembro de 2011)

Essas considerações estão baseadas em julgamentos particulares que a sociedade construiu ao longo do tempo pautada na educação fomentada pela cultura dominante que, naquele momento histórico, tomava por verdadeiro apenas a dinâmica de sua própria cultura. Como reflexo desta história é possível observar a seguinte menção: “Primeiro é preciso conhecer para depois julgar.” – Desta frase a situação apresentada é: primeiro há a impressão, depois julgamento e depois de feito o julgamento, a condenação (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007)

A condenação é um posicionamento final do que se supõe de quem é analisado / julgado. A base que dá suporte para essa ação é a realidade particular, que corresponde à cultura / educação popular, de quem está analisando o “condenado”. Esse julgamento e condenação mencionados por *Bastos, A. (2007)* e *Bastos (2007)* é uma forma metafórica usada pelos autores para explicar o pré-conceito, ou seja, um conceito antecipado que se aplica a uma pessoa pela primeira impressão que ela aponta, como por exemplo: a cor da pele, a vivência religiosa, a nacionalidade, o gênero, o sexo e a sexualidade, a idade, entre outros.

O julgar determina uma condenação que de um lado constrói juízes da verdade absoluta, conhecedores do caminho certo ou errado e condutores de direitos, o que os tornam condutores de posicionamentos injustos na relação que

⁴ Entrevista realizada pelo “Jornal da Cidade” de Aracaju/SE em Novembro de 2011, pelo Sr. Luis Moura, economista e representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Diesse no Estado, sobre discriminação no Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net> > acesso em Abril /2011 e Dezembro / 2011.

estabelecem com o outro por não considerar outras verdades (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Dentro de julgamentos, punições e valores, a educação, representada na história pela pedagogia, seja ela escolar ou popular, é quem direciona o caminho a seguir. Foi através dela que a humanidade trilhou (e trilha) o caminho da própria existência, o reconhecimento da história na ação presente e a construção da dignidade social que guia as ações individuais e / ou coletivas dos diversos grupos humanos. (BRANDÃO,1995; BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Segundo o que nos apresenta *Bastos, A. e Bastos (2007)*, na educação popular / cultura, a natureza humana considera que o Homem é constituído de espírito e matéria. Dentro desta concepção as nações, comunidades e grupos, educaram e afirmaram suas tradições culturais. Essas ações presenciam ao longo da história afetos e conflitos relacionados à moralidade e ética apropriados de cada nação, grupo e comunidade.

A pedagogia enquanto educação formal teve sua construção fundada em princípios culturais de base religio-filosóficos e que veio no mundo contemporâneo, mediar às relações humanas (BASTOS, 2007; BASTOS, 2007).

Para compreender como a educação popular deu contorno às manifestações populares nacionais é necessário retomar os acontecimentos do século XV, meados do descobrimento do Brasil.

1.3. Portugal, África e Brasil e suas culturas no século XV.

Em meio a conflitos e conquistas, a pedagogia europeia do século XV, guiada pela cultura Cristã firmou a nação portuguesa e assim como Portugal, toda a Europa fundia a beleza e conforto como forma de devoção a Deus (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Mesmo com tanta devoção, os adeptos do paganismo⁵ se negavam a conversão. Essa resistência não aceita pela Igreja levou à criação do Tribunal de

⁵ Paganismo do Politeísmo, palavra derivada do Latim “*paganus*” que indica “habitante do campo”. É termo usado para se referir os religiosos não batizados na Igreja Católica ou os politeístas. Politeísta: Aquele que adora

Justiça que julgava e punia as ações que eram consideradas pela Igreja como não cristãs ou profanas (o que não é sagrado). Seguindo esta circunstância foi criado em Portugal o Tribunal do Santo Ofício, conhecido também como Santa Inquisição (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Em Portugal, a ordem religiosa estava vinculada ao poder das autoridades na sociedade portuguesa e o sentimento cristão educava o cotidiano da vida do povo.

Com a idéia de levar “A Boa Nova anunciada por Cristo” e influenciado pela idéia que tudo o que é feito em nome do Criador volta em dobro para quem o serve, os portugueses, animados pelos ensinamentos cristãos, lançaram-se ao mar para ampliar os ensinamentos do evangelho. Por este motivo a Igreja financiava tão devotamente as grandes navegações que rendiam as economias do reino português (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Em contraste com essa realidade, a África do século XV era um exuberante conjunto de florestas com grande variedade de vegetação, animais e tribos de etnias diferentes. Mesmo com possíveis conflitos na relação de uma tribo com a outra, dentro de suas especificidades cada tribo sustentava uma vivência harmoniosa seja entre o Soba (líder Real da tribo dotado de conhecimentos espirituais) e seu povo; entre homens e mulheres; adultos e crianças ou população e meio ambiente (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

A hierarquia se mantinha pelo respeito à função do outro e pelo reconhecimento da importância que este conhecimento presente, tinha para a comunidade, visto que ninguém é inútil e todos têm sua importância no que se destinam a fazer e não pela imposição de quem “pode mais” (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Nas comunidades tradicionais brasileiras como na Barra da Aroeira, localizada no município de Novo Acordo ao Norte de Brasília, sudeste do Estado de Tocantins, no Brasil, a comunidade quilombola, conhecida como Povo da Barra, partilha deste mesmo princípio. Reconhecem no processo educativo não escolar, o poder e a importância dos saberes dos populares como um importante instrumento de aprendizagem, numa comunidade onde ninguém sabe tudo e ninguém desconhece tudo, reconhecem que a pessoa sempre sabe alguma coisa (AGUIAR, 1991).

a mais de um deus ou que não adora o deus cristão / Dicionário Aurélio; Edição n. 01. 1977. Dicionário LUFT; Edição n. 20. 2000.

A superioridade presente na Cultura Africana no século XV aparecia em momentos onde se reuniam varias tribos e os Sobas anunciavam em vestimentas, acessórios e na apresentação de guerreiros a prosperidade e força de seu povo (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Já o Brasil do século XV, era habitado por varias nações⁶ indígenas divididas em troncos lingüísticos e cada tronco composto por varias etnias. Dos troncos lingüísticos destacam-se como o maior grupo, os Tupis-Guaranis composta por varias etnias de localização no litoral brasileiro. Acompanhando os registros do escrivão de Pedro Álvares Cabral, responsável pela expedição das naus que chegaram até o território Brasileiro, Pero Vaz de Caminha e os registros dos padres jesuítas, o Brasil era um território vasto em diversidade de plantas e animais. Seus habitantes foram estranhados por seus costumes como andar ao natural sem peças ou pele de animal que lhe cobrissem o corpo, o não uso de sapatos, acessórios de penas, sementes e casca de árvores e o modo de vida (⁷Site 01: “História do Brasil”;; BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007)

Os indígenas nativos do território denominado por eles como Pindorama e mais tarde chamado pelos Portugueses de Brasil, devido a árvores da qual se extraia um pigmento vermelho usado para tingir tecido, viviam de caça e criação de animais como porcos do mato e capivaras, pesca e agricultura com o plantio de grãos como milho, amendoim e feijão e raízes como batata-doce e mandioca. Seus utensílios eram feitos principalmente de barro (argilas) e palhas das quais eram confeccionados redes, cestos e esteiras (Site 01 “Historia do Brasil”; ⁸site 02: “Site Oficial da FUNAI”).

Os indígenas brasileiros tinham uma divisão social bastante harmônica. Dentro de cada grupo étnico, não havia a hierarquia tal como é denominada atualmente. Um membro da tribo era respeitado por considerar nele um conhecimento que é apenas dele e que deve ser usado a serviço de todos (Site 02: “Site Oficial da FUNAI”).

Assim como havia a imagem do Soba nas tribos africanas, duas personalidades têm destaque entre os indígenas brasileiros: o/a pajé e o/a cacique.

⁶ Entendamos neste contexto, o termo nações a união dos povos indígenas que partilham de um mesmo território, mais que se diferenciam da unidade histórica, lingüística e religiosa. Estas são referentes a etnia de cada grupo.

⁷ Site 01: Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>> – Historia do Brasil / Acesso constante de março / setembro de 2011

⁸ Site 02: Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>> – Site Oficial do Ministério da Justiça e Fundação Nacional do Índio / Acesso constante de março / setembro de 2011.

O/ a cacique ou chefe, é aquele que organiza a função dos indígenas na tribo de forma a atender e orientar os indígenas que precisam de sua ajuda. O/ a pajé ou curandeiro, é aquele dotado de conhecimentos espirituais sendo ele o responsável pela evocação dos espíritos da floresta em momento de cura ou auxílio. É o conhecedor das ervas, das doenças e da sabedoria dos rituais (Site 01: “História do Brasil”; Site 02: “Site Oficial da FUNAI”).

O contato entre as diferentes etnias (tribos) ou de uma forma mais ampla as nações, se dava em momentos de guerra, cerimônias de casamento, enterros, ou para estabelecer alianças contra ou a favor de outra tribo (Site 01: “História do Brasil”; Site 02: “Site Oficial da FUNAI”).

1.4. A Chegada dos portugueses á Mãe África e o inicio das negociações.

A chegada dos portugueses a África se deu pela necessidade de estabelecer um ponto estratégico de abastecimento, pois Portugal queria naquele momento da história ampliar seu campo comercial na medida em que ampliava o domínio da Igreja (que era a responsável por parte do financiamento das Grandes Navegações) chegando até as Índias, local onde encontrariam sedas e especiarias - Neste cenário se deu o primeiro contato entre portugueses e africanos e o principio de negociações comerciais entre eles (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

A partir do continente africano os portugueses deram sustentabilidade a suas negociações comerciais que se ampliaram até o sul do continente, promovendo novos estudos geográficos referentes a novas rotas e aguçando a ousadia dos demais europeus pela descoberta de novas terras. Esta ultima foi motivo de conflito entre povos europeus que buscaram dividir territorialmente as novas terras encontradas, o que deixou a Índia em segundo plano (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Dentro dessa perspectiva de desenvolvimento comercial, Portugal se fez superior não só pelo que julgava ser melhor, mais principalmente pela carência de conhecimentos de tecnologias, estudos geográficos e produtos que evidenciavam as vulnerabilidades do povo africano (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Pela análise deste contexto, compreende-se o fator que marginalizou e colocou o povo africano em nível de inferioridade, segundo o que definiam a cultura dominante que era a cultura portuguesa e europeia: embora os africanos soubessem muito da geografia de seu território e tivesse desenvolvido tecnologias apropriadas para a necessidade referente a esta geografia, desconheciam outros continentes e a tecnologias de outros povos, o que os deixou em nível de desigualdade, colocando-os em posição de exploração de povos europeus em sua chegada em continente africano (BASTOS, 2007; BASTOS, 2007):

Desse modo, explica a vulnerabilidade original do povo africano, nesse histórico encontro que deu início a uma generalizada condição sociocultural da nossa descendência em todo o mundo até os dias de hoje (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007. Pag.52).

É preciso ressaltar que a educação formal portuguesa recebia influências religiosas ou que derivaram dos saberes resultantes das conquistas portuguesas em novos territórios. Essa educação orientava a conduta da população, fomentando uma cultura que mesmo em contato com outras, não agregou valores das mesmas no início de seus contatos, mantendo apenas por julgamentos padronizados uma conduta que validava a cultura portuguesa como um modelo a seguir (BASTOS JR 2007; BASTOS, 2007).

Os ritmos, as danças, os rituais africanos embora admirassem os portugueses por sua devoção espiritual a natureza e as energias espirituais contidas nela, eram praticas pagãs renunciáveis pela Igreja Católica que na sua idéia Cristã, denunciava a superioridade dos portugueses que tinham como fato "incontestável" de sua superioridade a devoção e adoração a um único Deus (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Esse fator ganhou ainda mais força quando os portugueses passaram a ter conhecimento de outros aspectos da cultura africana, como por exemplo, a dinâmica da guerra: no território africano eram comuns conflitos entre tribos que geralmente acabavam com prisioneiros. Dos prisioneiros da tribo vencida não havia punição. Este quando "dócil" passava a servir por tempo indeterminado, seria visto como parte integrante da tribo, chegando a ingressar nas famílias pelo patriarcado em um

convívio onde o tempo pagava as diferenças, porém, não a história. (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Quando o prisioneiro era um guerreiro que não optasse por ingressar na tribo na qual deveria servir, este era morto. O mesmo traria gastos e conflitos por se manter rebelado contra a tribo adversária. No caso das tribos antropófagas, os guerreiros eram comidos em um ritual sagrado onde se acreditava que a carne e o sangue do guerreiro revigoravam aquele que de sua carne se alimentasse. Era um orgulho para o guerreiro ser escolhido como aquele que seria consumido como alimento para a tribo vencedora da batalha, pois se fosse escolhido para alimentar a tribo era sinal que ele (guerreiro) gozava de muitas virtudes memoráveis, ele seria um guerreiro digno e sempre lembrado (BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007; ⁹site 03: “Canibalism”).

Diante desta realidade presenciada e não entendida por portugueses, foi implantada por convencimento a alguns Sobas, que o melhor não era matá-los, nem comê-los, pois segundo a Igreja, Deus não havia de permitir tal feitoria e o ideal seria deportá-los trocando-os por produtos favoráveis a tribo. Neste contexto, se deu as primeiras negociações relacionadas à troca de prisioneiros (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Com as famílias reais africanas os portugueses trocavam favores e gentilezas. Estas, confiantes na amizade portuguesa se rendiam a luxos europeus, acumulando dívidas e contratos enganadores já que não partilhavam de uma mesma escrita. Com o tempo essas gentilezas resultaram em submissão dessas famílias pelos portugueses, onde mais tarde em regiões como Angola eram comuns as famílias portuguesas arranjam casamentos com meninas de famílias reais africanas na intenção de "branquear" a raça e conseqüentemente herdar os bens da família que seriam dados como dote (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

1.5. O investimento, a Igreja e a Escravidão

⁹ Site 03: Disponível em: <<http://www.wisedude.com/misc/canibalism.htm>> “Canibalism” - Acessado pela última vez em 13 de Dezembro de 2011.

Entre muitas das viagens feitas com sucesso por Portugal, houve antes um investimento grandioso na indústria naval do país. Para recuperar tais gastos com grande margem de lucros, os portugueses viram na África uma fonte de abastecimento que na sua costa, possuíam grande quantidade de alimentos e materiais que fossem benéficos as navegações (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Por essa verdade, somada a fragilidade tecnológica que o povo africano dispunha, os portugueses lhe impuseram a superioridade que na verdade não existia e estrategicamente buscava um principio de provocação que resultasse no inicio da apropriação de escravos que já não se baseava no discurso cristão de antes e sim em negociações de mercado e caça de pessoas para o escravismo (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Os africanos apenas mantinham prisioneiros quando confrontavam com uma tribo de outra etnia. Não era de costume no continente esta atitude. Segundo os princípios da cultura africana, um prisioneiro deveria ser ingressante em uma das famílias da tribo merecedora da vitória. Com esse principio estabelecido entre a categoria racial negra, não haveria possibilidade de compra ou troca de prisioneiros. As tribos africanas de todo o território se viam como tribos “amigas” partilhavam da harmonia e passividade, na medida do possível, entre elas (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Essa harmonia desagradava os portugueses que virão no escravismo o retorno com altos lucros dos investimentos que fizeram anteriormente a chegada no novo continente. Para garantir as negociações com troca de mercadorias por negros prisioneiros, os portugueses aumentaram propositalmente as dividas das negociações ate então realizadas, usando o argumento que os produtos estavam mais valiosos. Este argumento, no entanto não convenceram os lideres africanos que como reação natural propôs uma analise da real situação (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007)..

Surpreendidos por este posicionamento, os portugueses elaboraram planos de conspiração na intenção de criar conflitos entre grupos étnicos na intenção de obter negros de forma garantida para o escravismo (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

É importante lembrar que neste momento da história esta situação era vivenciada em praticamente todo o território africano e simultâneo a ele a busca pela conversão dos pagãos ao cristianismo (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Os portugueses conhecedores das precariedades dos povos africanos anunciaram calúnias consideradas graves sobre vários líderes africanos. As tribos que estavam mais próximas da cultura portuguesa, seja em função das gentilezas oferecidas por ela ou pela conversão de seu Soba que incorporava os costumes europeus e práticas cristãs aos costumes africanos, se opuseram a esses líderes africanos defendendo desta forma os interesses portugueses que, prevendo o desfecho da história, enviou emissários vendedores de armas de fogo, novidade no território africano, para se defenderem de possíveis ataques (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Vários líderes contrários a cultura portuguesa, desconfiados das intenções dos portugueses, fossem eles emissários ou dotados de outro cargo, se uniram na intenção de não se aprisionar. Os portugueses, que compreendendo a reação dos africanos, substituiu a ternura cristã pela desastrosa matança e escravidão propagada por toda a África, com o discurso de que apenas recuperavam o produto vendido que não havia sido pago (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Muitos foram capturados por emissários dentro de “pequenas igrejas”. Por não serem batizados segundo a Igreja Católica, não eram considerados cristãos. Além desta situação, muitos emissários ao serem questionados por tal atitude contraditória aos princípios cristãos, estes se identificavam como não católicos e que só estariam cumprindo ordens superiores (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Os religiosos portugueses, por não considerar os africanos como filhos de Deus pelo fato de serem estes pagãos, se mantiveram tranquilos em suas orações e a África era apenas uma “recompensa” pelos seus esforços. Desta forma o comércio de negros foi rendendo lucros à Igreja Católica e ao reino português (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Cabe destacar também que havia na África uma realidade tão cruel quanto à caçada aos negros: os negros que vendiam a si mesmos ou que vendiam seus filhos. Tornou-se comum entre aqueles que virão suas tribos destruídas, seus parentes vendidos ou mortos, sem mais perspectivas em seu território que estava ocupado por outros líderes que partilhavam de perspectivas muito diferentes das suas, houve negros e negras que chegaram a se prostituir em troca de comida ou a

“se vender” para o escravismo na esperança que não fosse morto como os demais de sua tribo e família (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Um fator muito importante não pode deixar de ser citado neste trabalho é a concepção espiritual dos africanos. Assim como eram os portugueses, os negros tinham uma concepção espiritual própria e ligada com os elementos da natureza (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Para exemplificar, tomemos por base o Baobá. Arvore africana com simbologia sagrada. As tribos que comungavam da fé que acreditava na força do Baobá, árvore sagrada, como um mediador na conexão entre homem e Deus, ao ver esta árvore cortada, se rendiam ao desanimador desespero, pois, se esta arvore é a responsável pela conexão Criadora-criatura, ao ser cortada é cortado também o elo com Deus. Desta forma, a devoção a um ser místico e espiritual, cedia lugar à dor de não pode mais conectar-se com ele, adorá-lo, amá-lo e mostra-lhe devoção (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007; ¹⁰ Site 04: “a Tradicional religião africana”; ¹¹ Site 05: “Baobá”).

Assim, se deu o contato entre portugueses e africanos, resultando em um precarização da cultura africana e a criação e colônias dentro e fora do território africano.

1.6. O contato entre portugueses e os nativos do Brasil.

Os portugueses chegaram ao território brasileiro depois de, em uma tentativa de contornar a costa africana, teriam sido levados por ventos fortes para alto mar. Após semanas de viagem foi avistado o monte que Cabral batizou de Monte Pascoal, localizado onde hoje denominamos o Estado da Bahia. A chegada das naus foi recepcionada pelos indígenas das tribos litorâneas do território com quem os portugueses fizeram os primeiros contatos (Site 01: “História do Brasil”).

A chegada dos colonos despertou duas ações distintas e de interesse peculiar. Dos que serviam a coroa, o interesse era descobrir se naquele território

¹⁰ Site 04: Disponível em: <<http://vodunabayemanja.blogspot.com>> – “A tradicional religião africana” / Acessado de março / setembro de 2011.

¹¹ Site 05: Disponível em: <<http://Basilio.fundaj.gov.br>> - Pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco. Recife/PE , Acesso em 14 de Novembro de 2003 com atualização em 2007, “Baobá” de Semira Adler Vaisnsencher.

seria possível encontrar pedras ou materiais preciosos ou que no mínimo, fossem benéficos a nau. O contato com os habitantes daquela terra era para mapear a região a fim de compreender quais os possíveis locais que teriam ouro ou prata (Site 01: “História do Brasil”).

Por parte dos que serviam a Igreja, os indígenas foram vistos como povos ingênuos e de simplicidade. Não foi atribuído a eles quaisquer aspectos de feitiçaria ou satanização como foi com as práticas religiosas africanas (Site 01: “História do Brasil”).

Provavelmente, pela educação portuguesa extasiada com os ensinamentos católicos, os portugueses e em especial os jesuítas tiveram simpatia pelos indígenas, tomando-os como “seres a serem salvos” pelas mãos dos religiosos:

“Nelas (terras) até agora não podemos saber que haja ouro nem prata, nem alguma couisa de metal nem ferro lho vimos; pero a terra em si é de muito bons ares, assi frio e temperados como os d’antre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora assi os achamos como os de lá; águas são muitas infindas e me tal maneira é graciosa, que querendo aproveitar-se dar-se-á nelas tudo por bem das águas que tem; pero o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente (...) boa e de boa simplicidade”

¹² Trecho da Carta escrita por Pero Vaz de Caminha

Ao longo da exploração e do mapeamento do litoral brasileiro, os colonos foram nomeando os locais com acidentes geográficos, batizando-os com os nomes dos santos da Igreja Católica de acordo com o dia respectivo a cada santo como, por exemplo, São Tomé e Cabo de São Roque (SAEZ, 2009)

Assim, nos primeiros anos de contato entre portugueses e indígenas, Portugal seguia com negociações de escambo e os jesuítas seguiam missões religiosas com o propósito de converter e “salvar” os indígenas. Fora essas relações, a costa brasileira, especificamente o litoral baiano e pernambucano serviam fundamentalmente como apoio as naus que organizavam expedições a outras localidades como a Índia, trazendo produtos de luxo como sedas, tapetes, porcelanas e especiarias (Site 01: “História do Brasil”).

¹² Disponível em: <<http://www.wikipédia.gov.br>> – “História do Brasil” : Trecho da Carta do escrivão Pero Vaz de Caminha / Último acesso em 14 de Dezembro de 2011.

Com a exploração do litoral brasileiro, os colonos descobriram produtos que lhe fossem benéficos e que movimentariam positivamente o comércio exterior, enriquecendo a coroa portuguesa. Neste contexto se deu a exploração do pau-brasil ou ibirapitanga, como era conhecida pelos indígenas, árvore nativa brasileira da qual se extraía uma tintura avermelhada que era usada pelos portugueses para o tingimento de tecido. Foi o pau-brasil o primeiro produto brasileiro a ativar a economia colonizadora em novo território (SANTANA, 2007).

1.7. Ocupação do território brasileiro pelos cristãos novos.

Para atender a demanda europeia Portugal ofereceu concessão a “cristãos novos”, ou seja, novos adeptos do catolicismo. Esses novos adeptos iam com suas naus particulares e deveriam explorar o território na busca de encontrar até 300 léguas de terra das costas brasileiras, além de instalar Fortes nesta região (VALENTIM, 2007; Site 01: “História do Brasil”).

Esta movimentação, promovida pela Coroa, tinha como propósito proteger o novo território. Pela exploração das terras, os concessionários, tinham com a coroa apenas o compromisso de pagamento de impostos (VALENTIM, 2007; site 01: “História do Brasil”).

Uma das primeiras pessoas que usufruíram desta concessão foi Fernando de Noronha, este, tinha como sócio os comerciantes judeus que o auxiliaram com a exploração da costa brasileira. (VALENTIM, 2007; site 01: “História do Brasil”).

Este acontecimento que se deu principalmente no litoral brasileiro estreitou os laços entre portugueses e indígenas que eram “contratados” através do escambo (troca de materiais), para conduzir ao longo da mata as toras que eram vendidas para os europeus. Dentro dessa relação também foi promovido o escravismo de indígenas e o massacre de tantos outros que não admitiam ser forçados ao trabalho de extração de pau Brasil. (¹³site 07 “Entradas e Bandeiras”)

Dentro desse processo de colonização os atuais Estados da Bahia e Pernambuco foram às regiões onde houve a mais antiga ocupação dos colonos, e

¹³ Site 07: <http://www.grupoescal.com/>- “Entradas e Bandeiras”, publicação em 02/09/2008, acesso contínuo de março / setembro de 2011.

também o berço de muitas das manifestações populares da nova nação que começou a se formar pela miscigenação de indígenas e portugueses colonizadores (Site 01: “História do Brasil”).

1.8. O Percurso: Chegada dos africanos ao Brasil.

O percurso era tão cruel quanto o momento da chegada. No negreiro (navio) não havia espaço para movimentação, sua estrutura foi elaborada para abrigar em correntes e ferros centenas de negros, como mostra a imagem 01. Muitos morriam por resistirem à entrada no navio, e outros de acordo com os dizeres de *Bastos e Bastos (2007)*: “*muitas vezes morriam afogados no próprio vomito*”.

Na chegada, amigos, parentes, e casais eram separados, bem como os filhos de seus pais. Aqueles que tentassem ficar juntos eram feridos friamente, pois o ideal era que ficassem o menor numero de negros de uma mesma etnia por lote¹⁴. Desta forma, não poderiam se comunicar, já que falavam dialetos diferentes e conseqüentemente elaborar um plano de fuga em massa seria impossível aos olhos dos colonizadores. (BASTOS, A. 2007; BASTOS 2007)

Em meio ao tráfico de negros, muitas crianças ficaram órfãs, as que não morriam eram levadas (em alguns casos) por sensibilização a Portugal ou a Europa por senhores que as “adotavam”. Assim, os “pretinhos” se tornaram escravos mirins e artigo de luxo na elite portuguesa e européia: era um sinal de riqueza se uma senhora tivesse posse de “seu próprio pretinho” para auxiliá-la nas suas mínimas necessidades (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Essa situação envolvendo crianças africanas se deu até o ultimo ano da década de 1970, quando soldados portugueses queimaram aldeias e comunidades e levaram crianças negras para serem “adotadas” em Portugal. O caso mais recente foi registrado pela mídia televisiva de Portugal e exibida no canal RTP1 em uma reportagem sobre esta temática no ano de 2000. (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007)

¹⁴ Nome dado ao grupo ou porção de terras, bens ou animais e no tempo da colonização, foi também como se nomeava o grupo de negros que compunham de forma sorteada a porção, chamada também de quinhão, que era destinada á um senhor nobre comprador. Referência documentário 01.

Simultaneamente a esta realidade sofrida pelas crianças que ficaram na África, os negros que chegaram ao Brasil se viram desolados e sem perspectivas. A dor causada pela separação era tão inacreditável que os negros se mantinham absortos durante muito tempo, com o passar dos anos, a anestesia causada pela dor dessa separação, cedia lugar a revolta e a constantes conflitos entre os negros que neste momento da história, já podem ser chamados de escravos, e seus senhores (BASTOS Jr. 2007; BASTOS, 2007).

As explosões de raiva contra os senhores eram desagradáveis. Um escravo quando irado desabrochava o ódio de outros escravos, precisando assim ser morto, porque só o castigo não era o suficiente neste caso (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Os prejuízos aos senhores eram bastante grandes. A escravidão era extremamente lucrativa: um preto velho e doente valia cerca de 60 mil réis, um preto jovem valia cerca de 900 mil réis e uma preta com um pretinho 600 mil réis (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

As desavenças, as manifestações de revolta e a indisciplina dos negros eram sinais que denunciavam uma falta de controle por parte dos senhores para com seus escravos. Para minimizar os efeitos dessas explosões de raiva foram elaboradas estrategicamente alternativas de controle, entre elas: a Coroação do Rei e Rainha do Congo.

Capítulo II

2. Uma alternativa de controle dos escravos através da Coroação do Rei e da Rainha do Congo.

Na tentativa de controlar as desavenças provocadas pelas explosões de raiva dos escravos para com seus senhores, os portugueses organizaram uma coroação: a idéia era de coroar um rei entre os escravos, que serviria na verdade, como um instrumento mediador de controle.

Esta coroação (indício de uma possível manifestação) permitida pelos portugueses, teria se iniciado na região onde é o atual estado de Pernambuco entre os séculos XVII e XVIII. Geralmente, no dia de Nossa Senhora do Rosário ou em uma data comemorativa da Igreja Católica, eram escolhidos o Rei e a Rainha do Congo, coroação que mais tarde foi conhecida no território de Pernambuco pelo nome de Maracatu. (¹⁵site 08 “Origem do Maracatu” e “História do Povo Negro”)

A palavra “Maracatu” pode ter derivado de expressões do dialeto africano: “Vamos demandar/ Vamos adiante/ Vamos caminhar”, e de expressões de origem indígena, tais como: “confusão” e “som bonito”.

O ritmo é originário dos negros naturais do Congo, com influencias das etnias, bantos, nagôs, lorubas e outras. (site 08 “Origem do Maracatu” e “História do Povo Negro”)

Cruzando informações bibliográficas sobre os vários episódios da história Brasileira, uma das hipóteses estudadas para a elaboração desta coroação da Rainha e Rei do Congo por parte dos portugueses, pode ter sido influenciada pela imagem do Rei N’Gola e sua irmã Rainha Ginga. Essas duas personalidades africanas eram respeitadas e conhecidas em todo o continente Africano (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Segundo a pesquisa de *Bastos Jr e Bastos (2007)*, informações retiradas dos arquivos portugueses de 1627 na cidade de Braga, onde no primeiro jornal português conhecido como “Relação Universal” destacava a noticia da morte do Rei

¹⁵ Site 08:<<http://www.maracatu.org.br>> - “Origem do Maracatu” e “Historia do Povo Negro”. Acesso continuo de Março /Setembro de 2011.

de Angola, afirma a importância que os portugueses atribuíram a N'Gola, a Ginga e seu reinado. No entanto, o reinado assumido por Ginga que se estendeu de Luanda pela ampla região do Congo após a morte de seu irmão, foi diluído (BASTOS Jr. 2007; BASTOS, 2007)

Ginga foi traída por holandeses com quem assinou acordos para proteger seu povo. Num golpe de infidelidade, holandeses firmaram acordos com os portugueses e enfraqueceram o poder militar africano até a sua anulação completa, o que ocasionou a captura do povo de N'Gola (já falecido) e Ginga que foi vendida como escrava junto com seus súditos. (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007)

Este episódio da história (considera-se em hipótese) teria influenciado os portugueses no uso da imagem ou referência de N'Gola e Ginga como personagens inspiradores para a coroação do Rei e Rainha do Congo, que foi incorporada como forma de controle e tentativa de (re) educar os escravos (BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007).

No desfile da coroação, os reis e rainhas eram vestidos com trajes naturais da coroa portuguesa e seguidos por uma corte composta por princesa, príncipe, porta-estandarte, duque e duquesa, embaixador, barão e baronesa, dama da corte e dama de passo. (Site 08 “Origem do Maracatu” e “História do Povo Negro”; ¹⁶Site 09 “História do Maracatu”)

Os elementos característicos da cultura negra e que se mantêm até hoje na coroação do maracatu são os instrumentos: ganzá, caixas, alfaias, tambores de guerra. Os tambores têm uma conotação espiritual muito significativa para os africanos e negros descendentes: eles representam a conexão e devoção à memória dos antepassados e representam a Onipotência de Deus (MARTINS, 2008; Site 08: “Origem do Maracatu” e “História do Povo Negro”; Site 09: “História do Maracatu”).

O ritmo (levadas de batuques¹⁷) representa o louvor aos vários orixás, os passos da dança fazem alusão aos movimentos característicos das religiões de matrizes africanas na qual a incorporação de entidades, é uma situação comum para

¹⁶ Site 09: <<http://www.maracatu colonia.de/PT>>. Informações complementares da “História do Maracatu”. Acesso contínuo de Março / Setembro de 2011.

¹⁷ Batuque é o termo popularmente usado pelos brasileiros como referência para identificar o ritmo crioulo. Crioulo é a definição usada por antropólogos e atualmente, gíria popular usada para se referir a pessoa de pele negra ou mulata; Batuque: o mesmo que percussão ou ato de bater – Dicionário Aurélio; Batucar; Estudiosos se referem ao Batuque como dança de origem Afro-brasileira acompanhada por instrumentos de percussão. Este termo será melhor trabalhado no Cap. 7 deste mesmo trabalho.

os mais devotos dos rituais espirituais afros (atualmente representados pela Umbanda e Candomblé), e sendo vivenciada até os dias de hoje em manifestações populares onde o Maracatu é o ritmo oficial do evento (Site 08: “Origem do Maracatu” e “História do Povo Negro”; Site 09: “História do Maracatu”).

A Calunga, boneca preta, simboliza as rainhas e ancestrais mortos. Por este motivo a coroação e o desfile do maracatu, assim como outras manifestações dançantes de cunho místico, são tratadas como sagradas e recebem muito respeito dos participantes (Site 08: “Origem do Maracatu” e “História do Povo Negro”; Site 09: “História do Maracatu”).

2.1. A coroação na Congada.

O Congado, Congada ou Congo, é uma variação da Coroação do Maracatu. Essa variação tem características específicas de cada região, seja na instrumentação ou nos cânticos. Assemelha-se ao maracatu na composição da coroação onde o cortejo da Congada faz alusão ao cortejo comum aos Reis e Rainhas Africanas (¹⁸Site 10. “Congada: A festa de Nossa Senhora do Rosário”).

A Congada tem uma influência religiosa católica bastante visível: os cultos são sincretizados com santos da Igreja como Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São Benedito e Santa Efigênia (Site 10: “Congada: A festa de Nossa Senhora do Rosário”; ¹⁹Site 11 “Portal memória viva”).

Em uma tentativa de habituar indígenas e negros aos costumes cristãos, a Congada chegou ao Brasil ainda colônia como instrumento pedagógico usado pelos jesuítas: a dança da Congada era utilizada como uma “obra de conversão” ao catolicismo. Desta forma pretendiam minimizar o instinto de luta e o espírito guerreiros dos recém escravos, criando um cenário imaginário onde era travada uma luta entre cristãos e pagãos e / ou mouros, com os cristãos representando o bem e os pagãos representando o mal. O ritmo adotado para a Congada teve sua influência na epopéia francesa (poema heróico) “Canção de Rolando” (Site 10:

¹⁸ Site:<<http://www.rosariorp.com.br/congada>> - Anuário dos Festivais de Folclore de Olinda. Edição n. 36. Acesso em Abril e Dezembro de 2011.

¹⁹ Site 11:<<http://www.memoriaviva.sp.gov.br>> - Arquivo Municipal de Rio Claro “Portal Memória Viva”. Acesso contínuo entre março / Setembro de 2011.

“Congada: A festa de Nossa Senhora do Rosário”; Site 11“Portal memória viva”;
²⁰Entrevistado A).

As dinâmicas da Congada e do Maracatu apresentam na participação do coletivo um mecanismo de aprendizagem contínua relacionada às motivações de cada grupo ou comunidade: Os mais velhos ensinam os mais novos em funções diversas que antecedem o momento da apresentação da manifestação: o preparo do terreno e a decoração do espaço são tarefas que estão relacionadas à preparação espiritual que é feita anteriormente (Entrevistado A).

Segundo o que nos informa o Sr. A.B, membro da comunidade negra e presidente do grupo popular de Congada e Tambú de Rio Claro, para compor uma apresentação da cultura em forma de dança e ritmo, é preciso que o corpo esteja sereno para sentir o batuque (ritmo). A mente precisa estar livre de pensamentos mundanos (do mundo / problemas cotidianos) para que não centralize uma energia pesada, tensa e cheia de preocupações. Acredita-se que o corpo é o veículo que expressa às emoções, idéias, as mensagens que a mente pretende apresentar.

Apoiada em *Brandão* (1995) compreende-se as atividades colocadas pelo Sr. A.B como componentes de sua cultura: acender a fogueira, fazer as orações, “temperar do tambor” (na fala popular, se trata de jogar sobre o tambor, uma quantidade de pinga ou cachaça e colocá-lo próximo a fogueira para que es quente e estique o couro, afinando o instrumento) são os elementos que afirmam sua identidade e recolocam os valores próprios da comunidade:

“Pra iniciar a Congada primeiro agente tem que montar o terreno. Se agente vai se apresentar em um lugar, primeiro tem que fazer uma oração antes de começar, pra pedir licença aos negros, os escravos, os nossos ancestrais. Tem que estar livre de coisas ruins, agente quando faz festa é pra festejar coisa boa num é? Então tem que ta bem pra dançar, pra cantar e daí agente temperá pra sair um som bonito”.

(Entrevista com o Sr. A. B. / 14 de Junho de 2011.)

As manifestações populares coletivas criadas em território brasileiro representam a educação popular construída pelos filhos da miscigenação étnico-

²⁰ Entrevista cedida em 14 de Junho de 2011, com o Sr. A. B, sobre Congada e Tambú na Cidade de Rio Claro.SP.

cultural que em sua resistência, voltam-se para a valorização de suas raízes de sua história, abrindo caminho em meio à sociedade que as oprimia, seguindo em direção a uma alternativa de transformação (BRANDÃO, 1995; BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Esse caminhar das manifestações populares correu de maneira variada, devido aos fatos que se deram em cada região.

Neste capítulo foi possível perceber algumas mudanças importantes do início da colonização, a função da educação não escolar, promovida pelos colonos e o intuito do mesmo de recriar um território com características europeias, onde a cultura portuguesa se colocava como cultura dominante e responsável pela reconstrução e educação dos não portugueses.

Capítulo III

3. A Hierarquia na senzala e o Negro Politizado.

Dentro do contexto colonial, varias formas de resistir ao sistema escravocrata foram buscados: os escravos negros forçavam maneiras de construir espaços de autonomia onde pudesse recuperar sua cultura descendente: resistiam e forçavam situações rebelavam-se individual e coletivamente: quebravam instrumentos de trabalhos, se negavam a realizar tarefas chegando á extremos como incendiar plantações e agredir os senhores (todas essas ações eram uma resposta a não aceitação do escravismo) (²¹Siqueira*; Site 08: “História do Maracatu” e História do Povo Negro”).

As crianças nascida em território brasileiro, eram conhecedoras da língua materna e do idioma do senhor e mesmo que este não partilhasse do dialeto étnico de outros negros, dialogavam a partir do idioma aprendido do senhor.

Passaram a traduzir palavras e reconstruir uma “linguagem particular” onde havia a contribuição lingüística de varias etnias. Essa construção e troca de idéias era realizada na senzala e quando fora dela era mencionada como se fosse um cântico, para que o capataz e até mesmo os senhores não entendesse a comunicação como uma conversa, e sim como um canto isolado e sem conexão com o cotidiano. Desta forma poderiam se comunicar de maneira que o capataz não compreendesse o que era dito (²²Documentário 01).

Neste período houve também a exploração sexual das mulheres negras que eram tidas como propriedade masculina do homem branco e proprietário: nessa condição nasciam crianças mestiças, que quando herdeiras da pele mais clara se tornavam os capatazes. O capataz era uma forma diferente de escravo: ele geralmente era filho de uma escrava negra ou, em alguns casos indígena, com o senhor branco. Este “bastardo” não era considerado negro porque não vivia na senzala, mas também não era considerado branco, porque não vivia na casa grande (BASTOS, Jr. 2007; BASTOS, 2007; Site 01: “História do Brasil).

²¹ Bibliografia sem data de publicação.

²² Documentário: “Jongo, Calango e Folia: Música Negra, memória e poesia”

Desta forma o capataz era uma forma de *status* entre os escravos: ele era considerado melhor que o negro de pele mais escura porque não era escravo de senzala, e vivia na busca do reconhecimento do possível “pai branco” que lhe dera como sinal de confiança o direito de castigar os “pretos teimosos”. Embora a paternidade não fosse assumida pelo senhor em função do que essa paternidade representaria, era subentendido até mesmo para que obtivesse a obediência do suposto filho (Site 01: “História do Brasil”).

Assim, o capataz não era apenas quem castigava os escravos, eram também quem os vigiava para que não tentassem a comunicação e era o homem de confiança do senhor. Era educado de forma que não criasse vínculo com a Cultura Negra chegando, em alguns casos, até o distanciamento da mãe para que não causasse problemas futuros. A relação de poder estabelecida entre quem vigia e quem era vigiado é exemplificada na obra “*Vigiar e Punir*” (FOUCAULT, 1975), esta obra demonstra uma dinâmica próxima a usada pela cultura europeia para obter a obediência dos escravos.

As crianças bilíngües mediavam conversas que, com o passar do tempo, ganhou o espaço das senzalas a ponto e não precisavam mais de mediações pois os demais negros adquiriram o saber da ²³ “nova forma de comunicação”. Nas senzalas surgiam discussões que varavam as noites: as conversas se davam pela discordância existente entre os escravos que não concordavam com os maus tratos dos senhores (que não eram considerados donos de nada) e aqueles que acreditavam que deveriam agradecer pela situação não ficar ainda pior (BASTOS, Jr. 2007; BASTOS, 2007; Documentário 01).

Podemos destacar uma diferença bastante grande entre o negro escravizado na Europa, no Brasil e na África: na Europa os negros não tinham nenhum tipo de autonomia, eram servidores do trabalho doméstico e não era permitido o namoro, por este motivo não se viam descendentes europeus negros (BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007).

Na África, a submissão era total e como milhares de negros haviam sido transportados, os que ficaram na África, ou eram muito novos ou eram muito velhos ou eram os que simplesmente se renderam com o tempo. Houveram tribos que conseguiram manter-se isoladas nas matas mais densas da África de forma que, até

²³ Entendamos a nova forma de comunicação como a mistura lingüística das línguas maternas e portuguesas do colonizador. Foi a partir dessa apropriação de conhecimentos que a comunicação ganhou novo contorno.

hoje, há o mínimo de comunicação com o mundo externo a tribo (BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007).

No Brasil, haviam escravos que cumpriam trabalhos a mais de um senhor e recebiam pelo trabalho bem executado. Participavam de vários tipos de atividade que variavam entre as domésticas até as reuniões políticas, mesmo que na função de ouvinte (BASTOS Jr., 2007; BASTOS, 2007).

Por este motivo, os negros no Brasil eram conhecedores da política da época e de informações como: economia, lucros do cafezal, cana de açúcar e até mesmo situações de fuga vividas em fazendas de diversas regiões e a formação de quilombos (BASTOS Jr., 2007; BASTOS, 2007).

Acompanhando essas várias conversas, os escravos conduziam longos debates nas senzalas. Esses debates, quando chegavam aos senhores através dos negros que temiam retaliações ou pela interferência do capataz, rendiam punições cruéis aos negros que eram tomados como desordeiros (BASTOS, Jr, 2007; BASTOS, 2007).

Neste momento em Portugal e no Brasil, as empresas lucravam muito com a venda de instrumentos de tortura feitos de ferro, barras e correntes, amordaças entre outros. No entanto o mais comum entre as fazendas e exposto nas praças dos grandes centros era o pelourinho onde eram castigados os negros fujões (BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007).

Segundo estudos sobre as punições escolares do século XIX, muitas das mesmas eram resultado de uma memória e cultura escravocrata, onde se punia para obter a obediência. Esta realidade cultural no Brasil já independente, rendia a liberdade a pais e professores para castigos de porte físicos à filhos e estudantes que não seguissem as orientações ou que não correspondessem as expectativas dos mesmos (²⁴RAMOS).

Castigos como ficar em um ambiente isolado, no caso da escola atrás da porta e de frente para a parede, ficar sem comer e receber castigos físicos como ajoelhar no milho e uso da palmatória nas mãos, ombros e cabeça, fazia alusão a alguns dos castigos mais leves aplicados aos escravos, iniciada na ação jesuíta quando usavam da mesma para punir os indígenas durante o processo de catequização (RAMOS).

²⁴ Bibliografia sem data de publicação.

Com varias conversas e debates ocorrendo, as senzalas ficaram visadas pelos olhos dos capatazes que se mantinham atentos a qualquer movimento diferente. Assim como no caso do Maracatu e festividade a Nossa Senhora do Rosário, outras datas festivas da Igreja Católica foram abertas para que os escravos se manifestassem.

A idéia inicial dos senhores que já podemos chamá-los de brasileiros (descendentes de europeus), era de disseminar entre os escravos os costumes da Fé Cristã Católica, a cultura portuguesa e a ordem nas senzalas. A educação movida pela Igreja tinha como principais instrumentos pedagógicos a oralidade: os evangelhos e parábolas eram contados através de dramatizações em épocas de páscoa ou natais - Neste momento também foram usados os autos²⁵ (BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007; TEIXEIRA, 2008; CORDEIRO, 2008).

Neste momento a arte sacra ganhou maior visibilidade: escultores ganhavam patrocínio para suas obras que eram financiadas pela Igreja ou por fieis de grande influencia como os mecenas²⁶. As vidraças das grandes catedrais até as pinturas mais modestas das pequenas capelas eram elaboradas visando instruir os fieis dentro da Fé e através desta, substituir os louvores a entidades da Cultura Negra ou Indígena pela adoção dos Santos Católicos e a adoção de festas como é o caso da festa do Divino Espírito Santo. (²⁷Site 12 “Arte Sacra e Arte religiosa”).

A arte sacra e as manifestações com visual europeu faziam parte de um cenário onde os indígenas eram expostos: era o instrumento usado pelos evangelistas para ambientar uma pratica pedagógica que visava o ensino da leitura, escrita e soletração para as crianças, seguida da reza em latim (TEIXEIRA 2008; CORDEIRO, 2008).

Simultaneamente, toda educação elaborada pelos escravos nas senzalas se deu também de forma oral. Poucos foram os negros que por serem filhos de brancos assumidos passaram a ter contato com a língua escrita do país. No caso do Norte da America que foi assumido principalmente pela Inglaterra, a educação da população e também dos escravos foi constituída pela aprendizagem (especificamente) da escrita e da leitura. Esta realidade se deu pela Reforma de Lutero que fundou o Protestantismo e levou o colonizador a alfabetizar os habitantes

²⁵ Tipo de Literatura.

²⁶ Mecenas. Financiadores de artistas no período do renascimento

²⁷ Site 12: <<http://www.wikipedia.org>> “Arte Sacra e Arte Religiosa”. Acesso em Dezembro de 2011.

daquela terra para que os mesmos lessem a bíblia e reafirmassem seus costumes na Fé Protestante (²⁸Site 13 “Colonização Inglesa na América do Norte”).

3.1 O Jongo como resultado dos debates nas senzalas.

As conversas nas senzalas resultaram em ações de movimento negro em fazendas do sudeste do Brasil. Este movimento forte de resistência nascido deste cenário recebeu o nome de Jongo ou Caxambu.

O jongo nasceu nas senzalas no meio de uma relação conflituosa entre escravos e senhores onde, os escravos de descendência na etnia Banto ou influenciado pelas características desta etnia (muito visível no sudeste do Brasil), consolidavam na roda de jongo um espaço político iniciado nas conversas na senzala (MARTINS, 2008; RIBEIRO, 84).

No jongo interiorano dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, encontramos escritos que apontam uma influência muito grande dos negros advindos da região do Congo-Angola, que condicionados ao escravismo do século XVIII, foram direcionados ao sudeste do Brasil para trabalhar na lavoura de café e na mineração (MARTINS, 2008).

A roda de jongo por ser uma forma política de ação negra, servia para socializar informações conseguidas fora das fazendas: essas informações não eram claras para quem as ouvia, os participantes do jongo construíram pontos com o uso de metáforas, alguns com palavras ou expressões dos dialetos africanos, ou com o uso de expressões onde usavam elementos da natureza, de forma que se tornavam confusas para os senhores e capatazes que não partilhavam dos saberes da senzala (²⁹Documentário: 02).

Os pontos podiam ser de demanda, louvor a espíritos, agradecimentos, pedido de cura entre outros. Recebeu este nome porque a palavra ponto faz referência a palavras africanas que significam bala / tiro certo / lança e quando um ponto é “lançado” à roda de jongo, o jongueiro, aquele que canta o ponto ou que

²⁸ Site13:<<http://www.historianet.com.br/>> “ Colonização Inglesa na América do Norte”. Acesso: Setembro e Dezembro de 2011.

²⁹ Documentário 02: “Sou Jongo”

toca o jongo, deve “desatar” o ponto, respondendo-o para quem o lançou na roda. Se este não o fizer, contam o jogueiro mais experiente, que este pode ficar mudo ou perdido na mata (MARTINS, 2008; RIBEIRO, 84; Documentário: 01; Documentário: 02).

Os pontos (cantados de forma metafórica) foram o instrumento usado pelos escravos para socialização de informações conseguidas nas reuniões que freqüentavam com os senhores: rotas para os quilombos e planos de fuga em massa eram comumente arranjados nas rodas de jongo (Documentários: 01; Documentário: 02).

É importante lembrar que as informações referentes ao jongo tomaram um recorte geográfico que considera apenas o jongo comum a região sudeste do Brasil, com foco nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

As informações gerais referentes à História do Brasil abrangem por sua vez a criação e adaptação que ocorreram em outras manifestações ou variações do jongo que foram criadas respeitando as características da região e contexto no qual se firmou enquanto cultura popular.

O jongo é uma manifestação rica ao exercício espiritual da Cultura Negra, por este motivo o jongo é mais que uma dança afro-brasileira: e um ritual religioso no qual os participantes alimentam sua fé comungando da alegria de celebrar junto com seus iguais em um processo contínuo de recolocação social (Documentário 02).

Um grupo ou comunidade constrói pela educação uma estratégia de ação para mudanças, que são movidas pela não satisfação com a realidade de forma que a partir de sua cultura abre uma alternativa de protesto contra ou a favor das mudanças, resistência para que sua cultura não seja engolida por outras e afirmação de sua identidade e cultura como característica própria de um indivíduo que está inserido e é agente do meio (BRANDÃO, 1995).

Capítulo IV

4. Retomada do Escravismo Indígena.

Na medida em que crescia em descendência os negros, indígenas e seus descendentes: mulatos, cafuzos e caboclos / mamelucos, junto deles crescia a vontade de ser dono de si mesmo. Esses que eram moradores das senzalas firmaram ao longo dos séculos um princípio de movimento político de discussões e manifestações, que crescia continuamente.

Nesta mesma tendência de crescimento iniciada no século XVI, expedições nomeadas de Bandeiras, que tinham como finalidade capturar índios, expandiram-se ao longo do período da escravidão sendo cada vez mais úteis para os colonos, que viam nos Bandeirantes ou sertanistas, como também eram chamados, uma parceria para recuperar e manter as conquistas territoriais de Portugal (Site 07: “Entradas e Bandeiras”).

Os bandeirantes, no entanto, não eram homens de posses. Muitos andavam descalços e não tinham dinheiro para a compra de escravos, por isso firmavam suas companhias com indígenas capturados e feitos de escravos ou caboclos que é a denominação para descendentes diretos do homem branco com uma mulher indígena (Site 01: “História do Brasil”; Site 07: “Entrada e Bandeira”).

É relevante lembrar a condição a qual as mulheres negras e indígenas foram submetidas: muitas mulheres indígenas foram violentadas, assim como também foi com a mulher negra, mais as finalidades desta violência além de satisfazer o prazer masculino, era de aumentar o poder aquisitivo do bandeirante que teria no filho indígena, o valor de posse como escravo, podendo trocá-lo mais adiante por algum produto que lhe fizesse valia ou como a maioria, acrescentando-o como sertanista dentro de sua companhia na Bandeira (Site 01: “História do Brasil”; Site 07: “Entrada e Bandeira”).

Havia ainda, os Bandeirantes que consolidaram matrimônio junto a alguma tribo indígena brasileira, pois algumas tribos partilhavam da poligamia, ou seja, o casamento de um homem com mais de uma mulher, o que lhe rendiam muitos filhos

uma vez que poderia ter muitas mulheres (Site 01: “História do Brasil”; Site 07: “Entrada e Bandeira”).

A partir do século XVIII, foi intensificado o movimento das bandeiras. No início a mesma teria se mantido mais ao litoral do país pelo fato de os sertanistas considerarem a serra do mar um caminho muito estreito e de difícil acesso impedindo os sertanistas de chegar até os quilombos que eram construídos por negros fugidos (Site 01: “História do Brasil”; Site 07: “Entrada e Bandeira”; SIQUEIRA).

Os “Negros da Terra” (como eram chamados os indígenas e seus descendentes) voltaram ao foco da escravidão quando houve interrupção do tráfico negreiro, o que elevou o valor do indígena que foi remanejado para o trabalho na área da agricultura (Site 01: “História do Brasil”; Site 07: “Entrada e Bandeira”).

Os grandes fazendeiros ignorando uma Carta Régia que proibia a escravidão dos indígenas, também passaram a recorrer aos sertanistas para a compra de novos escravos de origem indígena ou para recuperar os negros fujões, pois o número de quilombos estava crescendo e a economia poderia ser afetada caso não houvesse mão de obra suficiente para acompanhar a demanda do mercado. Foi este último fator que rendeu fama a Manuel Preto e Raposo Tavares, ambos sertanistas Paulistanos (Site 01: “História do Brasil”; Site 07: “Entrada e Bandeira”).

Juntamente com o aumento da mão de obra para a agricultura, também veio à preocupação dos portugueses em delimitar as fronteiras e preservar seu território que estava sendo ocupado por espanhóis e holandeses como foi no Norte do Brasil. Assim, os bandeirantes passaram a ter outras funções além de capturar indígenas, recuperar escravos negros e extração de minérios. Eles passaram a dar caminho para a interiorização do país, demarcação e povoamento de territórios e extermínio de Quilombos (Site 01: “História do Brasil”; Site 07: “Entrada e Bandeira”).

4.1 O mal estar das conferências

Ao longo da História Euro-Afro-Americana, houveram ³⁰conferências freqüentadas por religiosos, personalidade europeia do governo e empresários.

Em um desses eventos, houve um debate sobre o fundamental valor da Igreja Católica nas contribuições no desenvolvimento dos países europeus e a ampliação de seus domínios sobre os continentes Americano e Africano (BASTOS JR., 2007; BASTOS, 2007).

Neste mesmo evento, foram questionadas as condições a que foram submetidos os africanos e conseqüentemente seus descendentes, uma vez que tal exploração, rendendo o sucesso financeiro dos países europeus, contrariando os princípios cristãos (BASTOS JR., 2007; BASTOS, 2007).

Esta foi a questão que constatou a mais grave ou um dos mais graves, erros dos dezoito séculos da Era Cristã. Esta discussão em meio à tensão e o incomodo gerado na conferencia, ainda rendeu muitas outras, que resultaram em discussões sobre possíveis mudanças nas leis referentes aos escravos (BASTOS JR., 2007; BASTOS, 2007).

Propostas e contrapropostas nas conferências impulsionavam um indicio de movimento abolicionista e tirava o sono dos grandes fazendeiros e senhores de engenhos, os escravos caminhavam, intelectualmente, devido à participação em conversas políticas que freqüentavam com os senhores e as varias conversas, que derivavam dessas participações, nas senzalas, foram guiando os grupos de escravos a organizarem-se para a busca da promoção da dignidade que não era reconhecida na sua figura de escravo (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Os quilombos foram o resultado visível desta tentativa de busca da liberdade e conquista da dignidade, que teve inicio nas primeiras décadas da colonização, mas se evidenciou e se fortaleceu com o caminhar do tempo (SIQUEIRA; BASTOS, 2007; BASTOS, 2007).

Ter sua História, religiosidade, paladar, canto, musica, sempre adaptados segundo as ordens de um senhor, não era suficiente para a os escravos. Ter que se adequar a uma cultura como a lusitana, tão distante da realidade africana ou indígena, foi um dos instrumentos mais cruéis usados pelos colonizados, até mesmo mais dolorido do que a humilhação física, foi negado aos negros, aos indígenas e

³⁰ Consultar obras de Bastos,A. e Bastos (2007) , pag. 129.

aos descendentes de ambos os grupos, o direito de viver sua essência, ou seja, tudo aquilo que dá sentido a ações humanas: a sua cultura (Documentário 01).

Não se sabe até hoje qual a descendência étnica dos negros, se são Yorubás, Bantos, Nagôs, enfim, se tem uma vaga idéia do que prevaleceu de cada etnia nos grupos e por isso a dedução dessas origens.

4.2. Os Quilombos: Organizações políticas fora das senzalas.

Uma forma de resgatar a história que ficou calada e as manifestações que já não eram como as originais, conduziram fugas de muitos escravos para organizações fora do ambiente das fazendas, denominadas quilombos ou mucambos. Os quilombos foram a mais marcante forma de organização negra fora das dependências das fazendas (SIQUEIRA; BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007).

Estas comunidades, atualmente chamadas de comunidades remanescentes de quilombos, eram comunidades organizadas e bem articuladas, construídas por negros fugidos. A criação dos quilombos foi uma das reações dos negros descendentes ao sistema colonial-escravista imposto por Portugal que, liderados por africanos e seus descendentes criaram uma ideologia política que prezava a liberdade dos então escravos e o reconhecimento da dignidade negra (SIQUEIRA).

Os quilombos, os mesmos foram construídos e organizados assim como foram posteriormente, os núcleos organizados e políticos de negros, que construíam uma dinâmica política que cunhou militar e ditadora que lutavam pela quebra do sistema de explorações lusitanas e européias de colonização (SIQUEIRA).

Os quilombos foram construídos em várias partes do Brasil, e espalhados na América Latina, e sempre em locais de difícil acesso como matas fechadas e montanhas, regado a um sistema igualitário de princípios e saberes africanos com contribuições indígenas, que traziam em suas raízes conhecimentos agrários, tecnológicos, de construção de moradias, idiomas, artes / artesanatos, ciências e também a vivência de suas religiosidades, música, cantos e sexualidades. (SIQUEIRA).

Dentro deste contexto, a educação quilombola construía de forma ampla e não mais vigiada como era nas senzalas, uma educação que fomentava o

desenvolvimento de olhar político que fortalecia a construção do indivíduo enquanto cidadão, mesmo que não reconhecido pelo sistema até aquele momento (SIQUEIRA; AGUIAR, 1991).

O Brasil tem uma vasta participação Quilombola como: o Quilombo de Trombetas, localizado no Estado do Amazonas, chegando a ter cerca de 2 mil negros e negras; o Quilombo do Urubu localizado no Estado da Bahia que teve como principal líder político a negra Zeferina e o Quilombo do Buraco do Tatu que durou cerca de 20 anos, sendo exterminado pelo sistema colonial; o Quilombo de Kalunga localizado no Estado de Goiás, formado por negros fugidos de varias regiões e indígenas de origem Xavante, Acroá, Capepuxi, Kaiapó, Karajá entre outras além dos brancos pobres, com abrangência de aproximadamente três municípios goianos; o Quilombo de Campo Grande no Estado de Minas Gerais, agregando cerca de 20 mil negros e negras e segundo os estudos de Maria de Lurdes Siqueira, existem no Estado de Minas Gerias comunidades remanescentes de quilombos originaria de aproximadamente 160 quilombos antigos; Quilombo Jabaquara no Estado de São Paulo, na região de Santos e o Quilombo de Mulheres na Cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, montado no local onde atualmente se encontra construído o Centro Cultural da Cidade, onde uma das manifestações culturais era o Jongo:

“Ela é minha grande referência, depois de minha mãe é claro! Nossa Griô Dona A. nós ensinou muito! Ela é a memória viva das mulheres do quilombo de Rio Claro. Quase ninguém sabe... as informações sobre a nossa história ainda estão guardadas nas gavetas e nos álbuns de fotografia das famílias negras! Esse quilombo foi o ponto forte das mulheres, senão fosse por elas, nenhum quilombo teria sido criado! A mulher negra é a matriarca de sua família, no quilombo não era diferente: ela é quem administrava quem orientava os trabalhos e quem ainda dá, nas comunidades quilombolas, a sensibilidade as ações políticas”

(³¹Entrevista com Membro da Comunidade Negra, a Jovem A. M / 1º de Dezembro de 2011).

³¹ Entrevista realizada em 1º de Dezembro de 2011 com jovem negra da comunidade negra em declaração sobre a dinâmica do Quilombo de Mulheres da Cidade de Rio Claro. SP.

Os quilombolas e ou pretos da terra, como eram chamados os indígenas, foram de grande participação política em revoluções nacionais como a Guerra das Balaiadas, onde Negro Cosme e Manuel Balaio lutaram contra o Duque de Caxias, a favor de melhoras na condição da vida dos negros; a revolta dos negros de Viana, entre outras revoltas ministradas pela ação negra e indígena cabocla em varias regiões do Brasil e invasões às propriedades rurais como a liderada por Manuel Congo na Fazenda Freguesia, no Estado do Rio de Janeiro (SIQUEIRA).

Entre uma das mais conhecidas manifestações de resistência negra quilombola, a **Republica dos Palmares**, liderada por dois dos liberes mais conhecidos: Ganga-Zumba e Zumbi. Palmares se destaca das demais não só pela força bélica e estratégias militares de guerra, mas principalmente pelas construções de cunho social que eram resultantes de princípios baseados na igualdade de seus moradores (SIQUEIRA).

“Para Zumbi, o ideal de liberdade e a capacidade de organização eram os princípios fundamentais para uma convivência com respeito às diferenças”

(Araujo (2004) *apud* Siqueira)

Palmares era a cidade principal e funcionava como uma metrópole da Republica de Palmares, cercada por mais outros seis pontos onde se encontravam pequenas povoações também incluídas como partes da Republica chamadas de: Mucambo de Zumbi, Aquatirene, Tobocas, Dambrabanga, Subupiraé e a cerca real chamada de Macaco. Esta área abrangia uma circunferência que, segundo Siqueira (*apud* Freitas, 2004) era maior que o reino de Portugal. Por ser cortada por serras, montanhas e precipícios, seu acesso era difícil, motivo pela qual muitas das tentativas de destruir Palmares fracassaram (SIQUEIRA).

Zumbi, nome que significa “deus das armas”, foi em Palmares o membro fiel dos princípios de igualdade e respeito às diferenças, sendo aclamado em toda a America Latina e por toda a comunidade negra brasileira como um herói, por sua destreza, coragem e fidelidade as raízes negras, ganhando a admiração e cumplicidade de toda a Republica de Palmares (SIQUEIRA).

Zumbi era filho de escravos, sendo criado por um padre até os 15 anos, idade na qual, não aceitando a condição que os negros eram submetidos, fugiu para o Quilombo dos Palmares onde mais tarde comandou mais de 25 mil negros e negras moradores em aproximadamente 1.500 casas (SIQUEIRA).

Em Palmares a subsistência era feita quase que toda de palmeiras agrestes, motivo pelo qual o Quilombo ganhou o nome de Palmares, de onde se produzia vinho, azeite, sal, alimentando-se do fruto, usando das ramas para coberturas das moradias e confecção de vestimentas. Palmares é um entre os muitos quilombos e o mais reconhecido como marca de resistência negra sendo destruído pelo sistema colonial no final do século XVII, tendo a morte de Zumbi em 20 de Novembro de 1695:

“Hoje, no Brasil, o dia 20 de novembro é o dia Nacional da Consciência Negra em homenagem à figura emblemática do herói nacional, Zumbi dos Palmares, e sua herança político-civilizatória, pela construção de uma nova sociedade, onde as diferenças tenham suas liberdades respeitadas e sua dignidade reconhecida.”

(Siqueira; Cardoso (1995) *apud* Siqueira)

Com registro datado a partir de 1600, o Palmares se localizou na região de fronteiras entre Alagoas e Pernambuco. Nele, os escravos mantiveram na medida do possível, uma vida menos dolorosa, reinventando uma forma política de organização, priorizando a cultura, arte e crença negras e não negras. A República do Palmares aceitava não apenas negros, como também indígenas, mestiços de tonalidade de pele mais clara, que foram excluídas devido a sua descendência (SIQUEIRA).

Em Palmares foram construídas casas, plantações familiares e tradições como uma forma de retomada da identidade negra e dos moradores de Palmares, dando vazão a criação de varias formas de festividades e danças, entre elas, a Samba de Coco ou Coco de Roda (³²BISPO).

³² Texto de Antônio Alexandre Bispo, ano 1991 (ano incerto), publicado no site:<<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org>> Acessado constantemente de março / setembro de 2011.

Esta manifestação nasceu como um canto de trabalho no qual os escravos, deveriam quebrar o fruto do coqueiro com os pés ou com as mãos. Na tentativa de aliviar ou clamar aos ancestrais para minimizar as dores, entoavam cantos que renderam a melodia harmonizada com o ritmo ditado pela quebra do coco (Há controvérsias históricas sobre o local de origem desta manifestação, uma vez que as alusões feitas nos passos e ritmo do Coco tiveram sua origem nas fazendas, existem muitas variações desta dança espalhadas por todo o Brasil) (BISPO).

Ao quebrar o coco, os escravos cantavam louvores a entidades espirituais na intenção de buscar alívio as dores da alma e as dores causadas pelo trabalho pesado e tão doloroso que entre outros, estava à quebra do coco. Como era proibido nas fazendas todo tipo de manifestação referente à cultura africana ou indígena e ou quando permitidas, eram em datas religiosas da Igreja. Os louvores eram cantados com muita discrição para que os capatazes ou senhores não pudessem ouvi-los (cantar era uma forma de aliviar as dores do trabalho) (BISPO).

Com a fuga dos escravos e a criação dos quilombos, o trabalho que antes era feito nas fazendas de maneira dolorosa, era realizado com naturalidade pela própria condição de sobrevivência no quilombo. Quebrar o coco se tornou uma tarefa comum ao cotidiano dos quilombos que partilhavam desta realidade construindo uma dinâmica social que deu novo contorno a vida dos “ex” escravos (SIQUEIRA; BISPO).

Enquanto os povos dos quilombos resistiam da forma que podiam ao sistema escravista colonial, os escravos e escravas que não conseguiam fugir para os quilombos, promoviam outras formas de manter as características culturais dentro do meio social em que estavam inseridos em uma contínua tentativa de recolocação social. .

Capítulo V

5. Incorporação da Cultura Afro pela cultura Lusitana.

A cultura de exclusão produzida pela sociedade colonial foi adotada por nações do mundo inteiro, conduzindo outras nações ao escravismo e a morte de sua essência cultural. O idioma, a música e a dança, manifestações visíveis em qualquer cultura, foram as primeiras a serem proibidas por serem elas o interlocutor da pessoa com o meio (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

No Brasil, como já foi citado em capítulos anteriores, os escravos participavam de todo tipo de atividade, sendo também “emprestados” ao outros senhores, o que lhes rendiam algum dinheiro e a aproximação entre escravos e homens e mulheres brancos. Essa aproximação resultou no nascimento de crianças mestiças com varias tonalidades de pele e até mesmo entre aquelas que herdavam a pele mais escura, própria da herança materna, trazia características paternas (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

O controle do idioma materno, da dança e da musica, manifestações da vontade do corpo que se estende da devoção a uma entidade espiritual até a celebração da morte enquanto passagem para outra vida, não apagou a subjetividade da cultura que se manteve através do tempo mesmo não sendo reconhecida como sagrada (BASTOS Jr, 2007; BASTOS, 2007; Site 04: “A tradicional religião africana”).

Entre muitos dos motivos que eram feitas as festividades de povos considerados profanos ou pagãos (incluindo nesta definição, os negros e indígenas) a sexualidade e o ato sexual sempre foram comungados por eles como um ritual sagrado, onde os corpos abrem caminhos considerados como naturais pela própria condição humana, para que homens e mulheres se doem ao prazer e a procriação como sendo estes fatores aceitáveis por Deus por representar (o ato sexual) a criação e a continuidade da vida (Site 04: “A tradicional religião africana”; ³³Site 14: “Religiosidade Popular”).

³³ Site14: <<http://www.religiosidadepopular.uavip/>>. Acessado em setembro de 2011.

Mantendo essa característica da cultura, os negros de origem Banto, partilhavam de um conhecimento musical diferenciado, onde um ritmo forte e latente provocava os ouvidos, levava os corpos em uma batida envolvente que caracterizava e dava cenário para uma performance solta e sensual onde os escravos se permitiam o ato sexual (³⁴LIMA; Site: "O Lundu Colonial").

Essa dança conhecida como Lundu ou Lundum, embora tivesse por finalidade o ato sexual, era na verdade a consagração da união dos casais. Em alguns estudos, o Lundu foi tido, na época, como um ritual de fertilidade, ou por outros como uma pratica pagã condenável (LIMA; Site 15 "O Lundu Colonial").

Para os europeus mais próximos dos escravos, o Lundu era um ritmo lascivo, com movimentos provocativos e convidativos ao ato sexual; Para a sociedade brasileira descendente de portugueses, para os lisboenses e por toda Portugal o ritmo era uma afronta aos bons costumes por promover a "*indecência e a promiscuidade*" (site 15: "O Lundu Colonial"), sendo proibido em Portugal por D. Manuel, em meados de 1469 (LIMA; ³⁵Site 15 "Lundu Colonial").

Mesmo com a reprovação de Dom Manuel, alguns músicos portugueses "reformaram" o Lundu, somando ao ritmo forte dos atabaques, instrumento de corda como os bandolins e as violas. A malemolência característica do Lundu e o movimento da umbigada (considerado o mais impróprio dos movimentos pela proximidade das genitais) foram substituídos pela "*polidez*" (Site: "O Lundu Colonial") dos movimentos característicos da dança portuguesa que, com "ares de corte real" recolocou o Lundu no meio social em forma de gênero musical caracterizado para a dança de salão (LIMA; Site 15 "O Lundu Colonial").

No final do século XVIII, músicos portugueses, reformadores do Lundu, apresentaram-no nos salões com aspectos muito diferente do original: o Lundu era tocado de forma mais suave, dançado com movimentos mais próximos da cultura portuguesa, recebendo versos bem humorados e lascivos que o caracterizaram como dança de salão (LIMA; Site 15 "Lundu Colonial").

Os versos vinham acompanhados, em muitos casos, de críticas sociais e a personalidades como as religiosas, que não cumpriam com seus discursos castros; às personalidades políticas que vinham cometendo injustiças; e, entre as

³⁴ Bibliografia sem referencia de data.

³⁵ Site 15: <<http://www.wikipédia.gov>> Informações sobre o "Lundu Colonial". Acesso constante entre março / setembro de 2011.

personagens mais citadas nos versos, estava a imagem das negras, com grande ressalva às mulatas. Essas eram desejadas pelos homens portugueses e seus descendentes:

“ A saia de Carolina / custou-me cinco mil réis / Levanta a saia mulata /Que eu dou mais cinco e dou mais dez / Isso é bom, isso é bom / Isso é bom que dói / Isso é bom, isso é bom / Isso é bom que dói [...] Mulata levanta a saia / Não deixa a renda arrastá! / Que a saia custou dinheiro / E dinheiro custa ganhá! / Isso é bom, isso é bom / Isso é bom que dói! / Isso é bom, isso é bom / Isso é bom que dói! [...]”

(Trecho do Lundu, autoria de ³⁶Xisto Bahia)

5.1 A mulata e o Lundu no centro das atenções.

Como exemplifica os trechos de Xisto Bahia, autor brasileiro de letras de lundu, as mulatas, objeto de desejo de grande parcela da comunidade masculina da época, donas de belos traços, com linhas bem acentuadas nas pernas, nádegas, de seios volumosos e firmes que compunham um corpo cheio de detalhes expressivos, resultado do trabalho manual que realizavam, levavam jovens brancos apaixonados, que, ao esbarrarem na incompatibilidade sócio-cultural de seu *afer*, passavam a fazer loucuras para te-lás como esposas (LIMA; BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007; Site 15: “Lundu Colonial”).

Entre muitas das loucuras estavam jovens que buscavam legalizar a aceitação da origem escrava da amada ou que, formados advogados, moviam processos a favor do reconhecimento das mulatas como filhas de pais brancos, dos quais herdaram os olhos verdes ou azuis como denúncias dos abusos cometidos às escravas suas mães. Mulheres que eram tidas como “preferidas” e caso não cedessem à vontade sexual do senhor, eram violentadas, circunstancia que era negada, mais que ficou em evidencia com o passar do tempo (LIMA; BASTOAS, A. 2007; BASTOS, 2007; Site 15: “Lundu Colonial”).

As mulatas, tendo a paternidade reconhecida, passavam a detentoras de parte da herança do pai que já não tinha como negar tão fato, e recebendo estas a

³⁶ Xisto de Paula Bahia (Xisto Bahia), nascido em Salvador / BA foi compositor de modinhas e lundus em meados de 1941, foi um dos maiores nomes da historia do Lundu.

herança por direito, as mulatas não só adquiriam a liberdade como o dote para o casamento. Os mulatos também ganhavam espaço, pois visto que acumulavam dinheiro por serviços que prestavam a outros senhores, fomentavam o desejo de seguir a vida por conta própria (LIMA; BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007; Site 15 “Lundu Colonial”).

Alem deste fato, os mulatos, donos de uma cor de pele e porte atlético, resultado dos serviços braçais aos quais eram submetidos, também puderam gozar de direitos que exigiam por serem filhos, bastardos ou assumidos, de senhores. Por este motivo, negros e negras, mulatos e mulatas, passaram a estender o direito a suas mães que eram escravas e seus parentes (LIMA; BASTOAS, A. 2007; BASTOAS, 2007; Site 15 “Lundu Colonial”).

Estes homens que também se destacavam em meio aos demais, também passaram a ser cobiçados pelas belas mulheres da corte que mesmo não declarando a cobiça pelo escravo, eram denunciadas pelos filhos de pele escura ao qual davam a luz. Esse episódio, mesmo não sendo comum entre as mulheres, nutriu um rótulo de “estupradores” aos homens negros. Esse rótulo era uma forma de camuflar um possível relacionamento entre sinhás e escravos e também uma forma de evitar que os senhores abandonassem suas esposas, desfazendo desta forma a sociedade entre genro e sogro que fora firmada com o pagamento do dote e concretizada no matrimônio:

“O Lundu Colonial, veio de Angola para o Brasil através dos Negros Bantos. Saio de Angola, passou por Portugal (onde teve forte influencia européia), chegando ao Brasil. Era uma dança de sedução, feita pelos escravos nas senzalas e um estilo musical que percorreu os salões no Brasil Colônia e no Brasil Império. Como as “sinhazinhas” ficavam fascinadas pelo Lundu e, a partir daí percebeu-se que começaram a nascer mais mulatinhos – como narra Raquel Trindade (artista plástica e folclorista, filha de Solano Trindade), a Igreja proibiu o Lundu dançado”.

³⁷Depoimento da professora R. O em 25 de julho de 2011.

Esse crescimento da população que descendia de negros foi promovendo um movimento político a favor do abolicionismo que crescia via mulatos, negros,

³⁷ Depoimento da Professora de Danças Popular R.O em entrevista no dia 25 de Julho de 2011, informações sobre o Lundu e no cenário da dança de salão brasileira.

mestiços e brancos com senso de justiça. Com tudo, os mulatos também ficaram bem quistos nos bailes de Lundu. Os mesmo eram cedidos por senhores para acompanhar na percussão (atabaque) os cantores:

“Havia mulatos celebres, aplaudidos nos salões por darem ao lundu um acento libidinoso como ninguém. Era uma feiticeira melodia sibarita, em languidos compassados entrecortados, como quando falta o fôlego, numa embriaguez de sensualidade voluptuosa”

(MARTINS, O *apud* – Historia de Portugal
Vol. II. (Lisboa 1920))

Segundo informações da entrevistada professora de dança popular, R. O e textos literários mais antigos, o Lundu teria sido o primeiro ritmo de origem africana a ser aceito pelos brancos (europeus em geral) com uma característica híbrida urbana.

O entrevistado Sr. A.B, membro da comunidade negra de Rio Claro aponta o Lundu como o irmão mais velho do Tambú, conhecido popularmente como Batuque de Umbigada. Seu ritmo forte e movimentos que aproximam os corpos são algumas das características que identificam esse parentesco.

A compositora mestiça brasileira Chiquinha Gonzaga aprendeu com o ritmo do Lundu, as bases da musicalidade brasileira colonial do final do século XVIII que resultaram nas modinhas e marchinhas de carnaval (LIMA).

Em meados do século XX o Lundu deixou os salões da “nata social” sendo substituído pelo maxixe, que recebeu as influências da Polca (música Híbrida urbana de origem portuguesa), seguidos por seus meio irmãos, o samba (há controvérsias) (LIMA).

Atualmente, o Lundu ainda é dançado em seu formato reformado na comunidade de Ilha de Marajó e nos arredores de Belém no Estado do Pará (Site 15: “Lundu Colonial”).

Neste momento histórico não há apenas portugueses, indígenas e africanos mais sim descendentes dessas três categorias raciais que representa uma distinção racial ainda é mais significativa: não se trata mais de uma nação que escravizou a outra, mas de uma nova nação que se construiu com os benefícios financeiros,

culturais e raciais da escravatura mantendo-se abstença a ponto de submeter à população escrava mestiça (descendentes de negros, indígenas e filhos “bastardos” de portugueses) de uma nova nação aos padrões discriminatório da antiga.

5.2. A legislação referente à comunidade escrava e o movimento de abolição.

Com a independência do Brasil em 1822, novas ações foram tomadas referentes aos negros, porém, situações que sempre foram favoráveis a libertação, mas não a condição de vida digna dos escravos. Em 1871 foi declarada a Lei do Ventre Livre onde os filhos dos escravos não seriam dos senhores, no entanto, os filhos desses escravos (pela própria dependência da criança ao adulto) não se desvencilhavam dos pais e assim cresciam com a liberdade submetida às condições de escravos de suas mães (BASTOAS, A. 2007; BASTOS, 2007).

Em 1885 foi elaborada a Lei do Sexagenário que libertava escravos que chegassem aos 60 anos de idade. Esta lei funcionou como uma bem feitoria para os senhores: um escravo com esta idade já estaria bastante debilitado e não seria produtivo como um jovem, o que significava um prejuízo para o senhor que teria que alimentá-lo e do e abrigá-lo na senzala. Com a Lei do Sexagenário, os negros velhos foram deixados para morrer de fome, pois a partir desta idade o senhor já não se responsabilizava por ele (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Em 1888, nos exatos 13 de Maio, foi assinada pela Princesa Isabel, a Lei Áurea, documento que legalizava no Brasil a liberdade incondicional a todos os escravos e seus descendentes. No entanto, não foram construídas pelo governo da época, estratégias políticas que garantissem os direitos civis do ex-escravos e seus descendentes (BASTOS JR, 2007; BASTOS, 2007).

Do período pós abolição, passou-se a discutir a Lei de 14 de Maio de 1888, nomeada de *Lei da Vadiagem* que legalizava a prisão de qualquer homem ou mulher negro que estivessem “perambulando” pelas ruas: se um homem ou mulher estivesse “à toa” (perambulando) era um sinal que indicava o individuo desempregado, por tanto, um vadio. Essa medida favoreceu a prisão dos ex-

escravos que, caso não se encontrassem na propriedade do senhor branco, seria de responsabilidade policial sendo punidos segundo a lei (³⁸SOUZA; 2008).

Outros ex-escravos foram simplesmente ignorados pela sociedade sendo obrigados a buscar espaços de moradias fora das cidades ou em espaço precários que resultaram nas favelas e outros que sem perspectivas acabaram se entregando a vícios e morrendo de fome:

“Daí coitados cada um foi pra um canto, uns não tinham onde ficar. Por isso que eles comentam que negro é só pinga e sangue. Mais porque soltou eles na rua, sem direito a nada, acabou, a escravidão, soltou eles na rua, eles não tinham onde trabalhar e também não tinham o que comer e também não tinham onde ficar. Só sei que um grupo então foi andando, andando, andando que nem meus avós e mais algumas pessoas foram parar lá na cidade de Ajapi”

³⁹Depoimento de Dona O. M.
Monografia de NASCIMENTO, Ângela Sabino. Pag. 20

³⁸ Entrevista com o Prof. Hélio Souza, publicada em 31 de Março de 2008, Seminário de Afrobrasilidade, PUC / SP; Disponível em : Portal PUC: <<http://www.puc-riodigital.br>> . Último acesso: 13 de Dezembro de 2011.

³⁹ Depoimento da Griô Sra. O.M , descrito na monografia de Ângela Sabino Nascimento: “O batuque de Umbigada de São Benedito: Festa e Espaço Negro no Município de Rio Claro”. UNESP/RC. Ano.2005

Capítulo VI

6. A luta constante pela recolocação do negro na cidade de Rio Claro

Na Cidade de Rio Claro, houve a antecipação da abolição, sendo afirmada e divulgada em jornais da época que anunciavam um “festivo samba” promovido pelos ex-escravos no local onde hoje se encontra a “Praça da Liberdade”, nome que recebeu por causa da libertação dos negros (Sr. A.B), localizada na frente do prédio do atual Fórum de Rio Claro, entre ruas 6 e 7 com avenida 05, no centro da cidade (Documentário 03: “No repique do Tambú”).

O festivo samba divulgado no jornal da cidade refere-se ao Tambú ou Batuque de umbigada: o Sr. A.B que se declara como congadeiro e tambuzeiro, explica que o Tambú recebeu (no passado) o nome de umbigada, erroneamente: os brancos que, ao verem a dança, adotaram por nome, o movimento característico da umbigada.

O Tambú é característico em algumas regiões do interior do Estado de São Paulo e teve origem entre os séculos XVIII e XIX com de local de nascimento não sendo exato. A dança surgiu como uma manifestação dos negros descendentes dos escravos da étnica banto, localizados nas fazendas de café ao oeste do Estado de São Paulo (Documentário 03: “No repique do Tambú”).

Após a abolição, o Tambú de Rio Claro e região ganhou visibilidade assim como foi com a população negra que, por não ser aceita na vida pública da cidade de Rio Claro, constituiu espaços onde a negritude podia ser vivida sem a opressão e discriminações que sofrerá durante aproximadamente 300 anos de escravidão no Brasil (Documentário 03:” No repique do Tambú; Sr. A.B).

Segundo nos relata o Sr. A. B, o Tambú recebeu novo significado: se em tempos anteriores o movimento da umbigada era convidativo para o ato sexual como era no caso do Lundu, no Tambú de Rio Claro, o movimento da umbigada fazia alusão a celebração pela assinatura da lei do ventre livre:

“... Também tem o Tambú! Sabe o que é a umbigada? Sabe aquela Lei? Aquela?... [...] É essa que agente bate o umbigo, da libertação do ventre? [...] É filha! É essa aí! Quando agente bate um umbigo no outro, agente tá celebrando a vida. Festejando a vida que não é mais escrava, mais que foi escrava porque tava junto com a mãe que não tava livre, então era escravo também! Foi por isso (lei do Ventre Livre) que o José do Patrocínio, sabe o do Patrô, da GRASIFS? (Se refere ao nome do patrono que batizou o prédio da atual Escola de Samba “GRASIFS: A Voz do Morro”) Então, ele era um negro livre por causa disso!”

(Sr. A. B em 14 de Junho de 2011)

Após a Lei do Ventre Livre, o Tambú também foi dançado na celebração dos ex-escravos na Praça da Liberdade, na data na qual foi, antecipadamente assumido pelo município de Rio Claro a liberdade incondicional dos escravos. Segundo declara A. M., em seu depoimento a ⁴⁰Marafon (2004), o Tambú era uma comemoração realizada pelos negros da cidade de Rio Claro onde seu pai era o responsável por organizar a Festa do Tambú. Esta festa era sempre realizada na data de 13 de Maio e era religiosamente realizado da mesma maneira sendo passado como tradição, de geração para geração.

Deixou de ser realizada pela comunidade negra, devido à interferência de autoridades políticas que, após assumirem a festa, dois anos mais tarde, deixaram de realizá-la (MARAFON apud Sr. A. M, 2004).

Segundo o Sr. A.B, dos instrumentos usados no Tambú o sete léguas é o tambor de origem africano que fôra usado pelos ancestrais guerreiros (vigia) que tocavam o instrumento para avisar os demais membros da tribo sobre algum perigo que se aproximava. Sua dança é realizada por homens e mulheres de todas as idades, seu passo característico (a umbigada) é desenvolvido após a marcação de três passos, marcando-se: “um, dois, três e umbigada”. Os homens dançam acompanhando a marcação com um chocalho chamado guaiá e as mulheres dançam geralmente de saia floridas.

A saia é um acessório bastante importante em qualquer manifestação popular onde haja a presença da mulher: a saia tem uma representatividade que firma a identidade feminina e sua contribuição na manutenção da cultura através das varias linguagens pelas quais ela se apresenta (Srta. A.M).

⁴⁰ Monografia de: Polyana C.M. Marafon / Curso de Turismo. UNIMEP. Campus Taquaral. Ano 2004.

O Tambú e o Samba tiveram um papel muito forte na cidade de Rio Claro, foi através deste dos ritmos (em específico) que a comunidade negra e os brancos excluídos do círculo social dominado pela cultura dominante, auxiliaram o movimento negro a construir espaços de participação social (⁴¹Cadernos Azuis, 2006).

Esses espaços chamados de clubes negros traziam à vivência saudável da negritude que, mesmo em período pós-abolição, não encontrava caminhos para (re) significar sua cultura e manter uma construção favorável a garantia dos direitos (BARBOSA, 2006; RIBEIRO. E, 2006).

Esses espaços resultaram numa dinâmica social que mais tarde foi nomeado de “movimento negro”. Na verdade o movimento negro é antecessor a abolição, mais não recebia esta nomenclatura. Assim o movimento negro que se encontrava no meio urbano teve um diferencial do movimento negro rural / quilombola, no período pré-abolição: os quilombos mantinham uma estrutura cultural mais próxima das raízes negras étnicas com diferenciação regional brasileira e lutava pela libertação dos escravos que, embora abarcasse os grupos de negros de forma geral, sua ideologia não excluía os escravos não negros mesmo que estes fossem minoria (BASTOS, Jr. 2007; BASTOS 2007; SIQUEIRA).

Já as organizações de movimento negro pós-abolição, buscavam a recolocação do negro com direitos civis específicos aos negros e descendentes, mesmo com atenção para a não exclusão dos demais, não foi desconsiderado o fato de ação específica **para e com** o negro. Esses grupos mantiveram uma formação com características mais urbanizadas não deixando de lado a cultura étnico-regional que os acompanhava desde os primórdios (BARBOSA, 2006; RIBEIRO. E, 2006).

A música e a dança dentro destes espaços se tornaram hinos da resistência negra no período pós-abolição: o Samba, o pagode e a musica Black / Soul / Funk, vieram carregadas de letras profundas que denunciavam e criticavam uma sociedade excludente e promotora de políticas que escondiam a história, as qualidades e as contribuições dos negros (BARBOSA, 2006; RIBEIRO. E, 2006).

Embora muito fragmentada no período pós-abolição, a cultura negra manteve-se como um instrumento educador voltado para a reintegração do negro enquanto pessoa de direito: a busca de política que reconhecessem as contribuições

⁴¹ “Cadernos Azuis : Rio Claro, Capital da Alegria...”. Publicação: Arquivo Municipal de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” / Coordenação Ivani Bianchini Hofling. Rio Claro.SP. Ano 2006. 164 p.

históricas dos negros e indígenas, a luta pela visibilidade de nomes como: Leila Gonzalez (militante do movimento negro no Brasil), irmãos Rebouças (arquitetos autodidatas), Luis Gama (poeta, advogado e jornalista), Machado de Assis (escritor e fundador da Academia de Letras), Dandara (guerreira da República dos Palmares) e tantas outras mulheres e homens que nem se quer são lembradas na História do Brasil e a criação de espaços culturais de vivências, são ações concretas que o Movimento Negro buscou ao longo do tempo para minimizar os efeitos negativos que a escravidão deixou (BARBOSA, 2006; RIBEIRO, 2006; Site 16: “Frente Negra Brasileira”).

Conclusão

A educação popular e os caminhos que trilhados ao longo de mais de 500 anos de história.

Esta monografia se propôs a percorrer a história do Brasil com o objetivo de apresentar uma investigação que confirmasse as contribuições da educação popular enquanto um instrumento social usado pelas diferentes categorias raciais no Brasil.

Rememorando a História do Brasil, foi compreendido que a educação do homem português orientou-o em suas conquistas, conflitos e desafetos em um momento histórico onde a cultura portuguesa ganhava o mundo em descobertas científicas e territoriais.

As manifestações dos coletivos no período da colonização em território brasileiros, foram os reflexos da educação popular que se construía dentro de uma vivência cotidiana mediadas pelo sistema escravocrata.

A vivência popular religiosa de origem portuguesa esteve inclusa em todo o processo de construção social do Brasil e dividiu cenário com as educações populares de indígenas e negros que, em uma ação contra a cultura portuguesa imposta, manifestou suas culturas de acordo com o contexto da região e os acontecimentos políticos, fazendo esta cultura não apenas portuguesa e sim brasileira (fusão das culturas portuguesa, indígena e africana).

Dentro desse processo duas formas diferentes de vivência da cultura popular brasileira foram percebidas: uma que diz respeito a vivências coletivas de cunho cultural popular e outra de cunho cultural pautada na cultura dominante.

A cultura de cunho dominante (cultura dominante ou elite) afirmou-se nas ações construídas pelos sistemas colonial e escravocrata que governou os brasileiros e indicou, durante o período pós abolição, uma vivência social que direcionou a vida dos ex-escravos e a forma como seriam tratados pela sociedade. Essa construção foi conduzida em um momento no qual não existiam leis que contribuíssem com um processo contínuo de inserção social de negros e indígenas e descendentes.

Bastos Jr e Bastos (2007) mostram em sua obra, os reflexos dessa política pós abolição e no qual destacam-se os aspectos negativos: na libertação dos escravos muitos não tiveram para onde ir, porém , pelo acúmulo de riquezas conseguidos pela escravatura, a sociedade não sentiu os reflexões desta libertação uma vez que muitos ex- escravos, em especial os negros, acabaram por se submeter aos antigos ou a novos senhores, por não terem dinheiro, não terem casa, mais terem família.

A sociedade se manteve (e ainda se mantém) com recursos acumulados e apenas se adaptava a industrialização mecânica e as novas expectativas na agricultura e pecuária. Porém, os negros e os indígenas, foram mantidos a margem do ingresso no novo mercado de trabalho, o que imigrantes de todas as partes do mundo conseguiam quando chegaram no Brasil (é o que foi o caso dos italianos).

Os trabalhos destinados aos negros eram considerados de menor importância, as crianças eram treinadas como “leva e tráz” de recados, o que rendeu aos negros um estereótipo de fofoqueiros.

Os indígenas, foram deixados de lado já que sua presença em meio urbano era mínima e no território africano, um povo que durante séculos foi devastado política, social, econômica e culturalmente não restou muito a não ser a desumanização produzida por um sistema escravocrata, alienante e de inferiorização da gente negra.

O resultado dessa desumanização causada pelo sistema escravocrata, resultou nos conflitos e matanças desenfreadas que atualmente afetam as comunidades africana e brasileira: o genocídio da juventude negra (com uma atenção especial aos jovens do sexo masculino e uma ação coletiva de violência) e a exploração sexual (das jovens de sexo ou gênero feminino (travestis e transexuais), situação com maior incidência em comunidades interioranas menos favorecidas, rurais e em especial nas favelas das grandes capitais) são apenas exemplos de um contexto maior .

A educação conduzida por Portugal e todos os demais países que se fizeram senhores de escravos, fomentaram ao longo dos séculos uma má formação da sociedade humana. A condição a que foram submetidos negros, indígenas e outros grupos étnicos considerados pelos “senhores” como inferiores, mantiveram discriminações, violências, covardias, estereótipos, negligências e conflitos de todos os tipos.

Os escravos foram libertados dos grilhões, porém não se libertaram do pensamento racista que ainda hoje, afeta as populações de índios, negros e miscigenados, seja na África, no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo.

Ao longo de sua conquista territorial Portugal e demais países europeus somaram fatores à cultura negra africana, indígena e afro-descendente. Suas influências condicionaram milhares de pessoas e confirmaram uma educação que a tempos antecessores ao escravismo colonial português, estava ligada a uma educação fanaticamente cega e ambiciosa que pregava o amor ao próximo, mais praticava apenas a devoção ao amor próprio e egoísta, onde o amor próprio era uma extensão do nacionalismo português e do amor a pátria que não considerava nenhuma pátria que não fosse a sua própria.

Embora as contribuições da cultura dominante tenham muitos aspectos positivos, a sua aplicação enquanto conhecimentos fundamental excluiu outras participações culturais, sendo ela (cultura dominante) o foco em todas as áreas e as culturas indígenas e negras tratados na história do Brasil como “figurantes” da comunidade brasileira.

Da cultura popular vivida tradicionalmente em coletivos como comunidades negras e indígenas os quais mantiveram as manifestações iniciadas no período antecessor e no período durante a escravidão, manteve (mesmo que em ambientes precários) os saberes tradicionais e um sentimento de construção contínuo que vem apresentar como aspectos positivos da cultura popular brasileira nos dias atuais, uma luta de cunho político que reforme a conduta social do brasileiro.

Um aspecto importantíssimo que, embora não tenha sido tratado no desenvolvimento desta monografia, é o resultado das ações de grupos que tiveram sua luta de resistência e manutenção da cultura iniciada no período colonial do Brasil, são as políticas afirmativas para negros e indígenas no Brasil: essas políticas afirmativas são leis construídas a partir da luta e da ação contínua de movimentos sociais de origem negra e indígena em prol da recolocação de ambos os grupos na sociedade brasileira.

O intuito dessas políticas afirmativas não é a inserção de negros e indígenas a partir da aceitação dos mesmos no meio social como foram apresentadas durante todo o decorrer da escravidão (como participantes passivos da construção do Brasil). Muitas lutas foram travadas no decorrer de pouco mais de 120 anos de pós abolição e esse processo de lutas em busca da legitimação da cidadania indígena e

negra, gerou Secretarias Específicas (dentro do sistema governamental federal, estadual e municipal) que atentam as características destes grupos de forma a não dar-lhes privilégios e sim para a garantia de direitos que atendam as especificidades de ambos os grupos.

O Estatuto da Igualdade Racial aprovada em 2010, foi um dos grandes ganhos da comunidade brasileira para combater as discriminações raciais: a mesma tem como objetivo garantir a igualdade de oportunidade de tratamento dessa população historicamente marginalizada, começando pela retomada das contribuições de ambos os grupos na história brasileira.

A reformulada lei 10. 639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África, Cultura afro-brasileira e Indígena, coloca em foco as contribuições dessas categorias raciais em áreas como: culinária, esportes, jornalismo, arquitetura, agricultura, metalurgia, medicina, direito, educação e literatura, além de garantir espaços de troca de experiências no ambiente escolar (espaço que segundo a introdução deste, é um espaço de total administração de cultura dominante).

A partir desta análise, considerando os dias atuais, a educação popular utilizada pelas comunidades negras e indígenas mantiveram através de manifestações como as apresentadas deste trabalho, espaços que lhe fossem benéficos para consolidação da identidade (do indivíduo e do grupo) e a partir dessa afirmação de identidade cultural e racial, as manifestações populares coletivas caminharam para concretização da cidadania afro e indígena brasileiras.

Com este pensamento encerra-se esse trabalho afirmando positivamente a hipótese levantada para a pesquisa, que investigou a educação popular como uma instrumento norteador da construção das manifestações populares brasileiras: a educação dominante dos brancos construiu cenários onde as educações populares de negros e indígenas (re)construíram caminhos e (re)significando valores, crenças, informações e conhecimentos fundamentais que estão em processo de reorganização social brasileira.

Bibliografia

AGUIAR, Carmem Maria. **Educação, Cultura e Criança**. Editora Papyrus. Campinas / SP. 1991.

AZUIS, Cadernos. **Rio Claro, Capital da Alegria...** Arquivo Municipal de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó". Rio Claro / SP. 2006

BARBOSA, Marcio; RIBEIRO, Esmeralda. **Bailes: soul, samba-rock, hip-hop e identidade em São Paulo**. Ministério da Cultura parceria Quilombhoje Literatura e Fundação Cultura Palmares. 2006. 204 p.

BASTOS Jr, José A; BASTOS, Silvia R.L. **Negros: Realidade, providencias e reconsideração: Fatores da história luso-afro-brasileira**. Edição dos autores / Apoio Cultural SENAC. São Paulo/ SP. 2007. 222 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Editora Brasiliense. Coleção: Primeiros 110 Passos. 1995

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhetes. Editora: Petrópoles; Vozes. 27º Edição. 1987. 288 p.

LIMA, Edilson Vicente de. **A modinha e o lundu no Brasil: as primeiras manifestações da musica popular urbana no Brasil**. Revistas: Textos do Brasil. Brasília. 2005. 40 a 46 p.

LUDKE, Menga; André, MARLI E.D.A. Pesquisas em educação: abordagens qualitativas. Editora Pedagógica e Universitária LTDA.

MARAFON, Polyana C.M. **Turismo na Cidade de Rio Claro**. UNIMEP. Campinas / SP. 2004.

MARTINS, Alessandra Ribeiro. **Requalificação urbana: a FAZENDA Roseira e a comunidade Jongo Dito Ribeiro**. PUC – Campinas. SP. 2008. 123 p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura revisitada**. Editora Contexto. 1992.

NASCIMENTO, Ângela Sabino. **O batuque de umbigada de São Benedito: festa e espaço negro no município de Rio Claro.** UNESP / Rio Claro. SP. 2005.

RAMOS, Douglas Rossi. **Práticas punitivas e de controle na escola: um estudo de caráter genealógico.** UNESP.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. **O Jongo.** Caderno Folclore 34. FUNARTE / Instituto Nacional do Folclore. Rio de Janeiro / RJ. 1984. 73 p.

SAÉZ, Oscar Calavia. **O que os santos podem fazer pela antropologia.** Relig. soc. vol. 29; Rio de Janeiro / RJ. 2009

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares.** Salvador / BA

TEIXEIRA, Olga Suely; CORDEIRO, Rúberio de Queiroz. **Educação jesuíta: objetivo, metodologia e conteúdos nos aldeamentos indígenas no Brasil colonial.** Anais do II Encontro Internacional de História Colonial: Revista de Humanidades. UFRN. v. 09. n. 24. Cairó. RN. 2008

VALENTIM, Carlos Manuel. **Uma família de cristão-novos do entre Douro e Minho: os Paz - reprodução familiar, formas de mobilidade social, mecância e poder (1495 – 1598).** Dissertação de Mestrado – Universidade de Lisboa /Departamento de História. 2007

Documentário:

Documentário 01: Jongs, Calangos e Folias: Música negra, memória e poesia / Ano. 2007

Documentário realizado pela Universidade Federal Fluminense através do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e do Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEH/UFF). Apoio do Edital Petrobrás Cultural, ano: 2005. São registradas neste documentário as comunidades tradicionais: Bracuí em Angra dos Reis e Rasa em Búzios; Vale do Paraíba: Barra do Piráí, Quilombo São José da Serra e Duas Barras e, Baixada Fluminense: Nova Iguaçu, Mesquita, Duque de Caxias e São João de Mereti, todas localizadas no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Documentário 02: Sou Jongo

Este documentário é uma ação do Pontão de Cultura Jongo / Caxambu desenvolvido pelo Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense – UFF em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e ARTÍSTICO Nacional – IPHAN. O filme é parte do Plano de Salvaguarda do Jongo – Patrimônio Imaterial do Brasil.

Documentário 03: No repique do Tambú: O batuque de Umbigada Paulista / Ano. 2003

Documentário que apresenta o batuque de Umbigada das cidades paulista Tiete, Piracicaba e Capivari – SP, tradição artística herdada de escravos sobre a forte presença africana dos tambores e da dança de umbigada que se funde ao universo caipira das modas. Revela, de forma surpreendente, a dura perseguição política sofrida por esta manifestação afro-brasileira.

Direção: Paulo Dias e Rubens Xavier

co-produção: TV Cultura e Rede SESC / SENAC de TV.

Imagens:

Imagem 01

Disponível em: <<http://ricardo-pereira.zip.net/>> Acesso em Dezembro de 2011.

Imagem 02.

Disponível em: < <http://www.nacaofortaleza.com/bra/marace.htm>> Acesso em Dezembro de 2011.

Imagem 03.

Disponível em: < [http://www.asminasgerais.com.br/zona da mata](http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata) > Acesso em Dezembro de 2011.

Imagem 04.

Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/atr/Bandeirantes.htm>> Acesso em Dezembro de 2011.

Imagem 05.

Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lundu> > Acesso em Dezembro de 2011/ Obra de “A malícia, herança do Lundu” / Rugendas.

Imagem 06.

Disponível em: < <http://www.cristovam.com.br/portal2> > Acesso em Dezembro de 2011.